

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

CLEUDEMAR INFRAN ORUÉ

**A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NO
ÂMBITO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO NO MUNICÍPIO
DE GUIA LOPES DA LAGUNA-MS, SOB A PERSPECTIVA
DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JARDIM - MS
2012**

CLEUDEMAR INFRAN ORUÉ

**A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NO
ÂMBITO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO NO MUNICÍPIO
DE GUIA LOPES DA LAGUNA-MS SOB, A PERSPECTIVA
DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de
Jardim, como pré-requisito para a obtenção do grau de
Licenciado em Geografia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ana
Maria Soares de Oliveira.

JARDIM –MS

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

UEMS - Jardim

ORUÉ, I. C. A Organização da Produção e do Trabalho no Âmbito do Assentamento Rio Feio no Município de Guia Lopes da Laguna-MS, Sob a Perspectiva de Desenvolvimento Rural/ Cleudemar Infran Orué – Jardim: [s.n], 2012. 73 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Soares de Oliveira

1. Questão Agrária 2. Reforma Agrária 3. Assentamento Rio Feio 4. Organização 5. Trabalho 6. Produção.

É concedida á Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Cleudemar Infran Orué

2012
TERMO DE APROVAÇÃO

Cleudemar Infran Orué

**A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NO ÂMBITO
DO ASSENTAMENTO RIO FEIO NO MUNICÍPIO DE GUIA LOPES DA
LAGUNA-MS, SOB A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO
RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Soares de Oliveira

Curso de Geografia UEMS- Jardim

Examinador 1: Prof. Dr. Walter Guedes da Silva

Curso de Geografia UEMS- C. Grande

Examinado 2: Prof. Msc. Elvis dos Santos Mattos

Curso de Geografia UEMS- Jardim

Jardim, 23 de Novembro de 2012
DEDICATÓRIA

À minha família

Por estar sempre ao meu lado, apoiando e dando força nas horas alegres e principalmente nos momentos difíceis, mas em especial a minha esposa Jucilaine Bogarim por ter sempre me incentivado para a conclusão da minha graduação. Aos meus filhos Roger Bogarim e Pietra Nicoli, sobre os quais sou eternamente grato a Deus por ter me abençoado. Aos meus pais o senhor Alfredo Infran e dona Assunção Dervale Orué, pelo amor e dedicação dado a este filho, que tem muito orgulho de tê-los como pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me concedido saúde, paz para concluir este trabalho.

Agradeço à minha família, em especial a minha esposa Jucilaine Bogarim pela compreensão e o apoio incondicional.

Meus singelos agradecimentos a minha orientadora Prof^a Dr.^a Ana Maria Soares de Oliveira por não medir esforços como orientadora e também como coordenadora do Curso de Geografia da UEMS Unidade de Jardim, sempre esteve ao meu dispor orientando com dedicação e indicando o melhor caminho, com o objetivo de elaborarmos um trabalho de qualidade.

A todos os professores que fizeram parte do corpo docente do curso de Geografia do ano de 2009 á 2012, que indiretamente são também responsáveis por esse trabalho, e diretamente na formação desse futuro professor.

A professora Marilete Osmari, meus sinceros agradecimentos por fazer parte desse processo.

Ao prof^o Msc. Elvis dos Santos Mattos e a prof^a MSc. Gezeli Eberhard que durante os quatro anos atuaram com dedicação e competência, transmitindo um ensino de qualidade aos alunos, e nos mostrando que a Geografia não é só dados estatísticos, contemplativa e decorativa, mas também uma ciência humana focada na dinâmica da sociedade nas desigualdades sociais, apontando os problemas e também as possibilidades de solução, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de turma que durante os quatro anos do Curso se fizeram companheiros e amigos, em especial a João Evaldo, Diandra Bento, Telma Bento e Vanessa Zampieri.

Aos assentados pesquisados do assentamento Rio Feio, aqui representados pelo Sr Roque, que me receberam muito bem e contribuíram com as informações que deram suporte às reflexões apresentadas neste trabalho, meus agradecimentos.

Agradeço ainda aos funcionários do INCRA e da AGRAER, que gentilmente me receberam, não se negando a fornecer informações e disponibilizar dados necessários para

subsidiar este trabalho. Meus sinceros agradecimentos também ao diretor de Meio Ambiente/Turismo do município de Guia Lopes da Laguna pela entrevista concedida.

EPÍGRAFE

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena

acreditar nos sonhos que se têm

ou que os seus planos nunca vão dar certo

ou que você nunca vai ser alguém...

Renato Russo

RESUMO

Esse trabalho aborda a questão agrária, fazendo um resumo do processo histórico das lutas e conflitos relacionados à terra no Brasil e, sobretudo em Mato Grosso do Sul, onde está situado o assentamento Rio Feio, objeto deste estudo. O presente estudo faz uma análise do processo de produção e comercialização dos assentados no âmbito do Assentamento Rio Feio, bem como a organização dos assentados no sentido de reivindicar melhorias junto ao poder público. O presente estudo também analisa as relações de trabalho no âmbito do referido assentamento, e a complementação da renda, através dos programas e outras fontes alternativas. Destacando quais são as assistências oferecidas pela prefeitura municipal de Guia Lopes da Laguna para os assentados e como são realizados esses serviços e qual o custo. O trabalho foi realizado tendo como metodologia a pesquisa empírica e levantamentos bibliográficos em livros, artigos, dissertações, teses e sites. O levantamento de dados foi efetuado junto aos órgãos públicos, tais como o INCRA, AGRAER e Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna, e em pesquisa de campo por meio de realização de entrevista e pesquisas qualitativas e quantitativas por amostragens com uma proporção de 50% dos assentados, em Julho de 2012.

PALAVRAS-CHAVES: Questão agrária. Distribuição de terra. Reforma Agrária. Assentamento Rio Feio. Trabalho. Produção e comercialização.

ABSTRACT

This work will address the land question, making a summary of the historical process of struggles and conflicts related to land in Brazil and especially in Mato Grosso do Sul, where the settlement is located Ugly River, the subject of this study. The present study is an analysis of the production process and marketing of settlers under the Settlement River Ugly, and the organization of the settlers in order to claim improvements with the government. This study also examines the working relationships within that settlement, and complementation of income through programs and other alternative sources. Highlighting what are the assistances offered by the municipal government of Guide Lopes of Laguna for the settlers and how these services are performed and at what cost. The work was undertaken in regard to methodology and empirical research literature surveys in books, articles, dissertations, theses and websites. The survey was conducted with public agencies such as INCRA, AGRAER and City Hall Guide Lopes of Laguna, and field research through interviews and conducting qualitative and quantitative research for samples with a ratio of 50% the settlers, in July 2012.

KEY-WORDS: Agrarian Question. Distribution of land. Agrarian Reform. Ugly River Settlement. Work. Production and marketing

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas dos imóveis rurais pequenos, médios e grandes 2003.....	26
Figura 2 - A violência no campo contra camponeses e trabalhadores rurais de 1986 á2006..	28
Figura 3 - Brasil atuação dos movimentos socioterritoriais 2000- 2010.....	30
Figura 4 - Localização do Assentamento Rio Feio pelo Google Earth.....	35
Figura 5 - Carta topográfica do assentamento Rio Feio.....	44
Figura 6 - Divisão do assentamento em lotes.....	67
Figura 7 - Croqui de Localização do Assentamento Rio Feio.....	68
Figura 8 - Espacialização dos assentamentos rurais em mato grosso do sul- 2009.....	70

LISTA DE FOTOS

Foto: 1 Escola Municipal Furgêncio José Pereira.....	37
Foto: 2 Sala de aula multisseriada.....	37
Foto: 3 e 4 Prática do Rafting no Rio Santo Antônio no assentamento Rio Feio.....	40
Foto: 5 Casa do beneficiamento do mel.....	41
Foto: 6 Material para armazenar o mel.....	41
Foto: 7 Equipamento para cilindrar a cera.....	42
Foto: 8 Centrifuga.....	42

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Estrutura fundiária no Brasil 2009.....	23
Tabela 2 - Conflitos por terra em Mato Grosso do Sul - 2011.....	32
Quadro 1 - Origem dos assentados do assentamento Rio Feio.....	35
Quadro 2 - Distribuição dos titulares do assentamento Rio Feio por faixa etária.....	36
Quadro 3 - Produção dos pesquisados do assentamento Rio Feio - 2012.....	43
Quadro 4 - Produto adquirido do assentamento Rio Feio pela Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna em 2011.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de escolaridade dos assentados do Assentamento Rio Feio.....	37
Gráfico 2 - Destino do esgoto doméstico do assentamento Rio Feio.....	40
Gráfico 3 - Destino da produção do assentamento Rio Feio.....	45
Gráfico 4 - Linhas de crédito/financiamento utilizadas pelos assentados do Rio Feio.....	53
Gráfico 5 - Situação dos assentados do Rio Feio em relação aos financiamentos realizados..	54
Gráfico 6 - Situação dos assentados do Rio Feio em relação aos lotes.....	55
Gráfico 7 - Configuração atual do assentamento Rio Feio em relação aos lotes.....	55

LISTA DE SIGLAS

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

CAND - Colônia Agrícola de Nacional de Dourados

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MS - Mato Grosso do Sul

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

P.D.A - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PRA. Rio Feio - Plano de Recuperação do Assentamento Rio Feio

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I: A CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL.....	19
1.1- A questão agrária em Mato Grosso do Sul.....	24
1.2 - As lutas e os conflitos sociais pelo acesso a terra no Brasil.....	27
1.3 - A atuação do MST no e em Mato Grosso do Sul.....	29
1.4 - As lutas pelo acesso a terra em Mato Grosso do Sul.....	30
1.5 - O processo de luta do assentamento Rio Feio no município de Guia Lopes da Laguna,MS.....	33
CAPITULO II: CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO.....	34
2.1 - Caracterização do Município de Guia Lopes da Laguna.....	34
2.2 - Caracterização do assentamento Rio Feio.....	34
2.3 - População do assentamento Rio feio.....	35
2.4- Aspectos da Educação.....	36
2.5 - Saúde no assentamento Rio feio.....	38
2.6 – Meio de Transporte.....	39
2.7 - Saneamento básico.....	39
2.8 - As atividades de lazer no assentamento.....	40
2.9 - A organização do assentamento.....	41
CAPITULO III: A ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO.....	43
3.1 – As atividades produtivas dos assentados.....	43
3.2 - Comercialização dos produtos do assentamento Rio Feio.....	45
3.3 – Renda obtida pelos assentados.....	48
3.4 – Estratégias e formas de complementação da renda.....	49

3.5 - Os benefícios obtidos por meio de políticas de transferência de renda e previdência social.....	50
3.6 - A assistência técnica para a produção.....	51
3.7 - As linhas de crédito liberadas para o assentamento Rio Feio.....	52
3.8 - Situação atual dos assentados em relação aos lotes.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
ANEXOS.....	61
ANEXO A – Projeto de Criação do Assentamento Rio Feio.....	62
ANEXO B – Programação física e orçamentária do assentamento Rio Feio.....	63
ANEXO C – Decreto de desapropriação da fazenda Santo Antônio.....	64
ANEXO D – Decreto de desapropriação da fazenda Santa Maria.....	65
ANEXO E – Portaria de criação do Assentamento Rio Feio.....	66
ANEXO F – Divisão do assentamento Rio Feio em lotes.....	67
ANEXO G – Croqui de Localização do Assentamento Rio Feio.....	68
ANEXO H – Relação dos nº dos lotes e o tamanho da área de cada lote.....	69
ANEXO I – Espacialização dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul- 2009.....	70
ANEXO J – Questionário aplicado junto aos assentado do Rio feio.....	71
ANEXO L – Lista dos lotes pesquisados.....	73

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta a organização, a produção e a comercialização do assentamento Rio Feio, localizado no município de Guia Lopes da Laguna na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, bem como o processo de luta pela implantação do assentamento.

No primeiro capítulo abordamos o processo histórico de ocupação do território brasileiro, bem como a concentração fundiária no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, destacando as lutas e os conflitos dos trabalhadores rurais sem terra, pela reforma agrária, incluindo o contexto de luta pela implantação do assentamento Rio Feio.

No segundo capítulo apresentamos a caracterização do assentamento, considerando aspectos tais como: localização, tamanho da área, infraestrutura, educação, saúde, transporte, lazer e dados sobre a população do assentamento.

No terceiro capítulo analisamos e discutimos a produção, o escoamento e a comercialização da produção do assentamento; as fontes alternativas para a complementação da renda dos assentados, tais como: trabalho assalariado fixo ou temporário, bolsa família, pensões e aposentadorias, etc.. Discutimos ainda a organização do assentamento, a assistência técnica e o papel do Estado.

O presente trabalho foi elaborado com dados de pesquisa de campo (qualitativos e quantitativos) por meio de amostragem, na qual consideramos um universo de 50% dos lotes do assentamento Rio Feio (de um total de 72 lotes). Também contamos com dados e informações da AGRAER – Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, que disponibilizou o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) 2001 e o PRA (Plano de Recuperação do Assentamento) Rio Feio 2011, bem como com entrevista com o diretor de Meio Ambiente/Turismo de Guia Lopes da Laguna. O referencial teórico foi buscado em livros, teses, artigos e sites relacionados ao tema.

INTRODUÇÃO

Diante da realidade da concentração fundiária do espaço agrário brasileiro, e os conflitos ocorridos no campo, se faz necessário refletirmos e analisarmos sobre a origem da concentração de terras e os conflitos territoriais pelo acesso a terra, bem como o Projeto de Reforma Agrária adotado pelo Estado muito mais para conter as tensões sociais do que para realizar uma reforma agrária de fato, com a distribuição efetiva das terras e políticas públicas que promovam a melhoria das condições de vida e produção camponesa.

A concentração fundiária é fruto da colonização e do arranjo espacial no campo que ao longo dos anos sempre privilegiou a classe dominante. De acordo com Graziano da Silva “o início da colonização do território brasileiro se fez com doação de grandes extensões de terra a particulares, denominados sesmarias.” (1990, p.23). Esse sistema deu início a concentração fundiária no Brasil, permanecendo por longo período. Segundo Andrade “durante três séculos os donatários e o Governador Geral, distribuíram sesmarias nos vários quadrantes do país” (1992 p 54). Com fim das sesmarias por volta 1822 estabeleceu-se a aquisição da propriedade pelo sistema do reconhecimento da posse da terra, com intuito de minimizar os conflitos pela terra e de dar a posse das áreas exploradas pelos posseiros, todavia, poucos se beneficiaram desse sistema.

O arranjo espacial brasileiro continuou sendo organizado de forma favorável a concentração fundiária, com a Lei n. 601 (comumente conhecida como Lei de Terras) aprovada em 1850 pela elite brasileira, composta pelos grandes latifundiários.

Posteriormente com o desenvolvimento da industrialização brasileira a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1956), houve também o avanço das tecnologias no campo, visando o aumento da produtividade. A partir da década de 1970, o agronegócio começa a se desenvolver, aumentando ainda mais a concentração de terras nas mãos das grandes empresas multinacionais e a agropecuária (pecuária e monocultura de soja, cana-de-açúcar, etc.), com produção voltada para a exportação.

O acesso a terra permaneceu sendo seletiva por longo período, com a Constituição de 1891, a qual estabeleceu que as terras públicas fossem administradas pelos estados fortalecendo ainda mais os latifundiários que detinham o poder político e econômico do país.

Mediante o exposto podemos perceber que desde o início da colonização brasileira a questão do acesso a terra esteve ligada às classes dominantes, em detrimento das classes

menos favorecidas, ou seja, as dominadas, subalternas que tinham dificuldades para buscar melhores condições de vida, de adquirir a terra, nela plantar e tirar o seu sustento sem ter que se submeter a uma jornada de trabalho assalariado extenuante e com baixa remuneração.

Não podemos deixar de atentar também para a origem da concentração fundiária em Mato Grosso do Sul. Assim como ocorreu no Brasil, no estado esta está diretamente ligada ao processo histórico de ocupação desenvolvido no território sul-matogrossense por pecuaristas e grandes empresas.

O Estado foi um dos grandes responsáveis pela concentração de terra em Mato Grosso do Sul, através dos grandes projetos públicos e privados entre os quais podemos destacar a implantação da Companhia Mate Laranjeira em 1882. E através da campanha “Marcha para o Oeste” do governo Getúlio Vargas, por meio da qual foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, que tinha como objetivo inicial a ocupação do território por pequenos produtores.

Posteriormente com o avanço da modernização da agricultura e do agronegócio o espaço agrário sul-matogrossense continuou seu processo de concentração, uma vez que a reforma agrária ocorre lentamente. Como afirma Cardozo

A reforma agrária em Mato Grosso do Sul é um processo que sofre forte influência política, tendo em vista a expansão do agronegócio. Sendo este estado um dos maiores produtores de soja e carne do país, além do recente avanço da produção de cana-de-açúcar e eucalipto, a concentração fundiária se acentua, gerando riqueza nas mãos de alguns, acirrando a disputas territoriais e a exploração da força de trabalho de muitos camponeses (2011, p.31).

Mediante o exposto iremos abordar as condições de produção e de reprodução social no âmbito do Assentamento Rio Feio, localizado no município de Guia Lopes da Laguna, MS, tendo com foco a produção e comercialização do excedente, a assistência da prefeitura e dos órgãos governamentais, as políticas públicas direcionadas para os assentados, as relações de trabalho fora e dentro do assentamento, bem como a organização coletiva dos assentados para buscar melhorias no âmbito do assentamento e de suas condições de vida e produção.

CAPÍTULO I

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

Ao abordarmos a questão agrária no Brasil, temos que voltar no tempo e analisar o processo histórico da colonização, pois só assim encontraremos as respostas para a concentração e desigualdade no espaço agrário brasileiro. O acesso a terra desde o início da colonização do território tem sido organizado de modo que a classe dominante é que tem sido a maior beneficiada. Dessa forma várias Leis e Decretos foram criados com o intuito de consolidar o modelo de organização do espaço agrário brasileiro.

Como afirma Fabrini (1996.p, 55), “o monopólio da posse da terra no Brasil teve seu início no período colonial em que a Lei das Sesmarias regulava a apropriação da terra”. Foi a partir desse sistema que o país se tornou extremamente dominado por grandes latifundiários. Portanto o sistema de sesmarias não foi apenas um sistema para a ocupação do território, mas também serviu para a concentração fundiária.

A doação de terras em sesmária, embora estas não dessem o domínio, mas tão somente a posse ao seu titular, provocou o processo de sua ocupação e apropriação, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre no país. (ANDRADE 1992, p, 54)

Vê-se, pois que o processo de ocupação e formação do território brasileiro tornou o espaço agrário extremamente concentrado, com grandes extensões de terras nas mãos de uma minoria, deixando de lado ou sem a possibilidade a maior parte da população. Como destaca Moreira,

A amarração do modo de organização do espaço agrário brasileiro tem raízes na Lei das Sesmarias, que regula juridicamente a repartição da propriedade fundiária. Segundo essa lei, o acesso a terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tem cada senhor. Dessa maneira, o acesso a terra restringe-se, de direito, a alguns poucos, dele ficando excluída a maioria da população. (1990.p, 11).

Esse sistema de distribuição de terras organizada pelos portugueses com propósito de apropriação e ocupação do território brasileiro permaneceu por um longo período.

Durante três séculos, os donatários e o governador geral distribuíram sesmarias, nos vários quadrantes do país, as pessoas gradas e influentes e que participavam direta e indiretamente da ação da conquista e da expropriação das tribos indígenas. (ANDRADE, 1992, p. 54)

Com a crise colonial, que ocorreu por volta do final do século XVIII, surgiram vários problemas tanto de ordem política como econômica, no entanto só a partir da Resolução N°. 76 de 17(CONSULTA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO) de Julho 1822, que deu fim ao sistema das sesmarias e estabeleceu a aquisição da propriedade pelo sistema do reconhecimento da posse da terra, com intuito de resolver ou minimizar a questão da terra, dando direito para os pequenos posseiros permanecer e terem a posse das áreas por eles exploradas. Todavia poucos foram favorecidos com essa Lei, pois nem todos “dispunham de condições para fazer valer os seus direitos perante os grandes senhores e as autoridades, sendo pequeno o número dos que se beneficiaram dos favores da lei”. (ANDRADE 1992, p.55).

Com o fim da escravidão, com receio dos escravos livres terem acesso às terras devolutas, a elite brasileira, na sua maioria formada pelos grandes latifundiários que se encontravam no poder aprovou em 1850 a Lei n. 601, (“Lei de Terras”), que favoreceu e aumentou ainda mais a concentração fundiária no Brasil, haja vista que esta Lei determinava que as terras devolutas¹ só poderiam ser usadas ou apropriadas se fossem compradas. Além disso, definia uma extensão mínima para aquisição da terra. Essa exigência tirou qualquer chance de quem não tinha recursos financeiros, favorecendo os homens de posses, que detinham condições financeiras e poder político e de persuasão para obter o domínio das terras, aumentando assim os latifúndios no País.

Dessa forma a Lei de Terras apenas acabou beneficiando o grande latifundiário como afirma Moreira (1990, p.36), “A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho”.

O processo de desigualdade, distribuição de terras e falta de políticas públicas voltadas para o pequeno proprietário continuaram existindo após ser proclamada a República.

Ao se iniciar o período republicano, a grande propriedade ocupava as maiores extensões, sobretudo nas áreas de mais fácil acesso aos transportes;

¹ São consideradas terras devolutas áreas que não foram registradas e legitimadas de acordo com a Lei de Terras, de 1850. Dessa forma, as terras que foram ocupadas e não registradas são consideradas do patrimônio público.

os grandes proprietários, fazendeiros de gado ou produtores de artigos de exportação, controlavam tanto a vida econômica como política dos novos estados. (ANDRADE, 1992, p.57).

O acesso a terra permaneceu sendo seletiva durante a Primeira República que compreende o período de 1889-1930, tendo os grandes latifundiários o domínio econômico e principalmente político. A questão política fica bem evidente com elaboração da Constituição de 1891², a qual em seu artigo 64 estabelecia que as terras públicas fossem administradas pelos estados onde estavam situadas, contribuindo assim para a sua apropriação pelos coronéis que tinham total domínio sobre seus trabalhadores e elegiam os deputados, senadores e os governadores. De acordo com Andrade,

Durante os quarenta anos da Primeira República, a questão fundiária e agrária foi se agravando à proporção que crescia a população e novos espaços eram incorporados ao território nacional. A apropriação seletiva era feita tanto nas terras tradicionais, ocupadas desde o período colonial, como nas que iam sendo conquistadas aos indígenas. (1992, p.59).

Posteriormente segundo Andrade (1992), com redemocratização do país a partir de 1946, com os governos de Getúlio Vargas e João Goulart foi que a questão agrária e os trabalhadores rurais tiveram um tratamento, mas digno com várias conquistas. Especialmente a partir do surgimento das Ligas Camponesas que se iniciou no estado de Pernambuco e se espalhou pelo país, bem como com a criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, ou seja, foi nesse período e que os trabalhadores rurais começaram a se organizar coletivamente na busca da reforma agrária. Além dessas conquistas também obtiveram a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º4.214 de 02 de Março de 1963), o qual estendeu alguns direitos dos trabalhadores urbanos ao campo, trazendo um avanço para os trabalhadores rurais e ao mesmo tempo uma forte reação por parte dos proprietários de terras.

Todavia, com o golpe militar em 1964 vários líderes foram presos e as organizações ligadas aos trabalhadores extintas, a exemplo das Ligas Camponesas, com o propósito de desarticular e assim enfraquecer os movimentos dos trabalhadores rurais. No entanto na tentativa de diminuir as tensões no campo várias medidas foram implantadas a partir de então.

² Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm >

[...] uma série de medidas assistencialistas, como incorporação do trabalhador rural entre os associados do Instituto de Previdência, a desapropriação e o loteamento de algumas propriedades onde havia maiores litígios, e o desenvolvimento do Proterra, que se apresentava como uma reforma agrária consentida, na qual os proprietários ofereciam as terras a serem desapropriadas, geralmente às de menor valor, e indicavam os parceiros a serem premiados. (ANDRADE, 2004, p, 83).

Durante o período militar foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964), e através dele foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que, mais tarde em 1969, foram integrados, formando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que apesar de ser favorável aos trabalhadores rurais e aos pequenos proprietários pouco se fez na prática. Segundo Andrade,

A legislação elaborada no período militar, apesar de voltada muito mais para o aumento de produção e de produtividade do que para a problemática social, poderia ter trazido maior equilíbrio ao meio rural se fossem aplicados com mais fidelidade os dispositivos legais por eles promulgados e se fizesse sentir com maior intensidade. (2004. p, 87).

No regime militar a questão agrária pouco se desenvolveu em favor dos trabalhadores rurais que almejavam uma distribuição mais justa da terra, o que aumentou foram as extensões de áreas por parte dos latifundiários beneficiados pelos mais diversos programas do governo e que continuam até os dias de hoje beneficiando os grandes proprietários e empresários.

A modernização e a industrialização na agricultura brasileira a partir da década 1970 a 1980, decorrente do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, deixaram milhares de trabalhadores sem emprego, os pequenos produtores e camponeses acabaram sendo expropriados de suas terras e dando lugar as grandes empresas multinacionais e a agropecuária (pecuária e monocultura de soja, cana-de-açúcar, etc.) que têm a maior parte da produção voltada para a exportação. Segundo Oliveira

[...], a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país em proprietários de terra, em latifundiários. (2001, p, 02.).

O que podemos perceber é que desde o início da colonização brasileira a questão do acesso a terra sempre esteve ligada às classes dominantes, as quais sempre dificultaram às classes inferiores a busca de melhores condições de vida. Dessa forma impedido tanto os trabalhadores rurais como os urbanos de terem o direito a terra para plantar e dali tirar o seu sustento, sem ter que se submeter às várias horas de jornadas de trabalho assalariado com baixa remuneração.

Apesar de nos últimos anos a reforma agrária ter tido um destaque maior, com milhares de famílias sendo assentadas, ainda é muito insignificante em relação ao número de famílias que aguardam para ser assentadas, e a proporção de terras disponíveis para fazer a reforma agrária no Brasil. Como podemos observar na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 Estrutura fundiária Brasil 2009

Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média
	Nº de imóveis	Em %	Em há	Em %	
Ate 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 20 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
Total	5.181.645	100,0	571.740.919	100,0	

Fonte: INCRA/Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2009.

Através dos dados da tabela 1 é possível perceber a grande concentração fundiária brasileira, pois os 1.744.540 imóveis que possuem área menor que 10 ha não correspondem a menos de 2% da área rural do Brasil, enquanto os imóveis com mais de 2000 ha, e que correspondem a menos de 1% dos imóveis rurais, ocupam 42,5 % de área do espaço agrário brasileiro.

O Brasil rural ainda está nas mãos de poucos apesar do avanço na distribuição de terras. Ainda falta muito a se fazer para diminuir a desigualdade e ocorrer de fato à democracia no campo brasileiro e, conseqüentemente diminuir as desigualdades sociais.

1.1 A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul não é diferente do espaço agrário nacional, ou seja, também há concentração terras nas mãos de uma minoria. A elevada concentração fundiária no estado está ligada às atividades agrícolas e pecuárias que são desenvolvidas, sendo estes setores muito forte econômica e politicamente. Como afirma Terra,

O estado de Mato Grosso do Sul, desde muito tempo, foi marcado por uma elevada concentração fundiária e pelo controle das terras por parte de grandes fazendeiros, que sempre tiveram o poder político de decisão sobre o direcionamento das ações públicas, as quais, conseqüentemente tiveram influência direta sobre a vida de milhares de trabalhadores rurais. Essa estrutura de poder, levada a efeito ao longo das ultimas décadas, é responsável pela injusta distribuição de terras e pelas desigualdades sociais neste estado. (2009. p, 91).

A origem da concentração fundiária em Mato Grosso do Sul, assim, como ocorreu no Brasil está diretamente ligada ao modo de ocupação organizada pelo Estado, que sempre procurou atender a classe dominante.

Os grandes projetos do governo federal na tentativa de assegurar o território e ao mesmo tempo de fazer a ocupação, beneficiaram a concentração fundiária no estado. Todavia um dos grandes, projetos privado que fortaleceu e beneficiou o capital foi à implantação da Companhia Mate Laranjeira no ano de (1883), o qual contou com o apoio e participação efetiva do Estado que cedeu as terras devolutas para exploração da Erva Mate situadas na fronteira Brasil-Paraguai para Tomaz Laranjeira, o qual por muito tempo deteve o domínio de grandes extensões de terras.

A ocupação e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, obedeceram a interesses extrativistas de empresas estrangeiras ligadas à exploração do minério e dos extensos ervais nativos existentes nesse território, responsáveis diretos pela apropriação de grandes áreas que irão constituir os latifúndios (TERRA, 2009. p, 62).

Posteriormente com objetivo de o governo ocupar os espaços vazios no interior do país, e ao mesmo tempo absorver os excedentes populacionais da região Nordeste e Sudeste. O governo de Getúlio Vargas lançou na segunda metade da década 1930, a Campanha de “Marcha para Oeste”. A partir da qual foi implantada em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A CAND foi criada com intuito de fazer o povoamento da região sul do estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, mas também foi uma tentativa de diminuir a desigualdade ao acesso a terra, bem como os conflitos sociais e desenvolver a ocupação por pequenos produtores, no entanto acabou desenvolvendo um modelo de atividade que favoreceu aos latifundiários.

A criação da CAND fez surgir à própria atividade agroindustrial como um empreendimento altamente atraente e, a partir de então, buscou-se abrir frentes que fossem assumidas pelo estado como forma de garantir o investimento lucrativo do setor privado e o crescimento do novo modelo de atividade agrícola, que levou a formação de uma burguesia agrária atrelada á maquina de poder estatal, instalando-se toda uma estrutura política vinculada ao setor agrário, ao latifúndio (TERRA 2009, p. 66).

Em decorrência desse processo o estado de Mato Grosso do Sul é um dos principais estados com grandes latifúndios, com a concentração de grandes propriedades. Como podemos observar na Figura 1 abaixo, as áreas em vermelho indicam imóveis com áreas acima de 2000 ha, e as amarelas imóveis com áreas consideradas médias, entre 200 a 2000 ha. Esses dados nos revelam, portanto, que são esses dois tipos de imóveis (grandes e médios) predominantes em Mato Grosso do Sul.

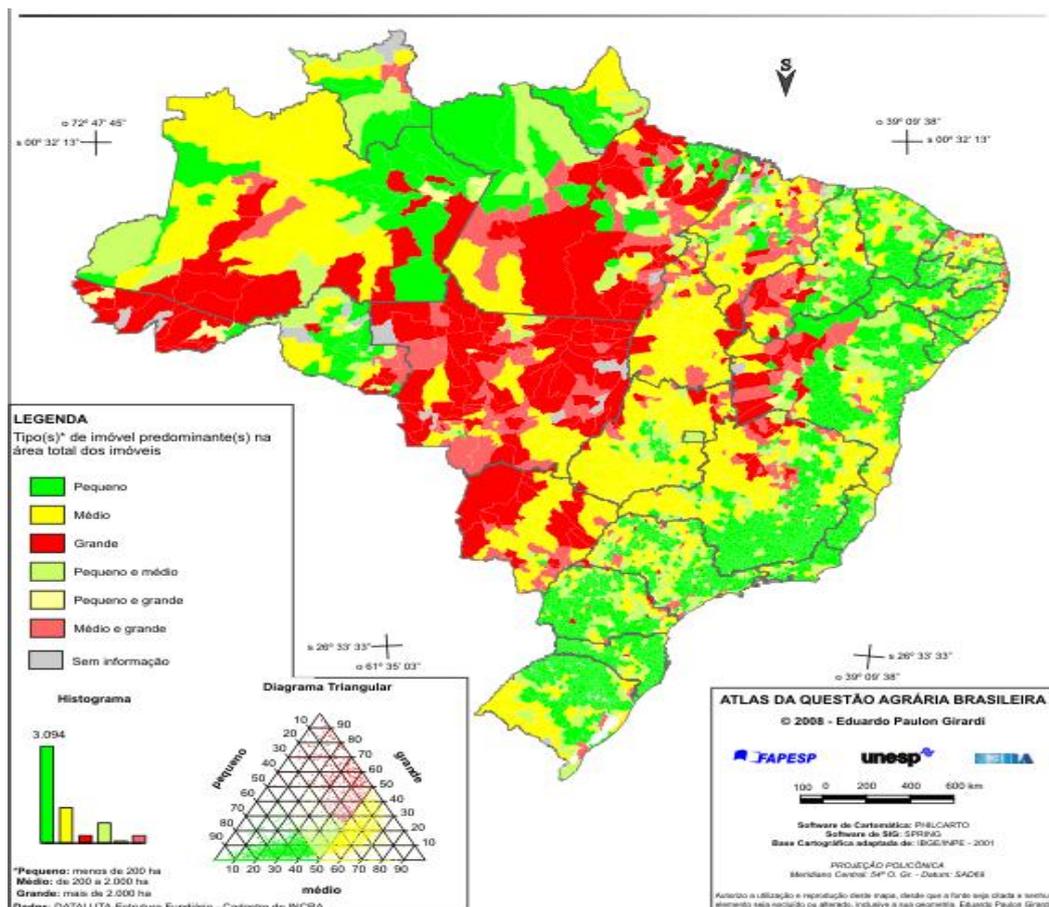


Figura 1- Áreas dos imóveis rurais pequenos, médios e grandes 2003.
Fonte: GIRARDI, 2009.³

O fator político e o avanço do agronegócio também contribuem para a lentidão e pouco interesse por parte das autoridades competentes para realizar a reforma agrária. Como afirma Cardozo,

A reforma agrária em Mato Grosso do Sul é um processo que sofre forte influência política, tendo em vista a expansão do agronegócio. Sendo este estado um dos maiores produtores de soja e carne do país, além do recente avanço da produção de cana-de-açúcar e eucalipto, a concentração fundiária se acentua, gerando riqueza nas mãos de alguns, acirrando a disputas territoriais e a exploração da força de trabalho de muitos camponeses. (2011, p.31).

³ Cf. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Disponível em < http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm > acesso em 10/10/2012.

Portanto o espaço agrário sul mato-grossense tem elevada concentração fundiária em razão do processo histórico de ocupação, predominância da pecuária e agricultura, político e econômico. Continua concentrado o que acaba levando os trabalhadores rurais a um intenso conflito pelo acesso a terra.

1.2-As Lutas e os Conflitos Sociais Pelo Acesso a Terra no Brasil

Na busca por acesso a terra e conseqüentemente melhor condição de vida, muitas lutas foram geradas e continuam a existir até os dias atuais no espaço agrário brasileiro, entre os diferentes grupos sociais e os grandes latifundiários. Conflitos esses que ceifaram a vida de muitos trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e outras que buscaram por meio da posse da terra condições melhores para si e sua família.

O espaço agrário brasileiro sempre foi marcado por desigualdades como afirma Ianni (2004),

No Brasil, a democracia nunca chegou ao campo, nem como; apenas como promessa. O pouco que se fez, em favor da democracia, foi e continua ser o resultado das lutas de camponeses, operários rurais e índios. A burguesia agrária- composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros sempre impôs o seu mando de forma mais menos discricionária às populações camponesas, assalariadas e indígenas. [...]. Os latifundiários e os empresários sempre impuseram os seus interesses, de forma mais ou menos brutal. (p, 155).

Os conflitos agrários sempre estiveram em evidência no campo brasileiro. Como já afirmamos anteriormente, desde o início da colonização várias lutas já foram travadas. Primeiramente com índios que praticamente foram expulsos de suas terras, e os que permaneceram foram feitos de escravos tornando-se submissos e reféns dos colonizadores. Em seguida os negros africanos que foram tirados de suas terras e trazidos para o Brasil como força de trabalho escrava. Segundo Oliveira (2001),

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetido a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas. [...]. Simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram às lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentista. Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos. [...]. Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vem historicamente lutando numa ponta contra expropriação que os gera e, na

outra, contra os “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros. (p, 5).

Apesar desses conflitos envolvendo os índios, os escravos negros e os posseiros no campo brasileiro terem ocorrido em épocas determinadas, na atualidade vários grupos continuam sofrendo e lutam para ter acesso a terra, ou para permanecerem em suas terras. Na Figura 2 abaixo podemos ver através dos dados que o campo brasileiro ainda continua violento.

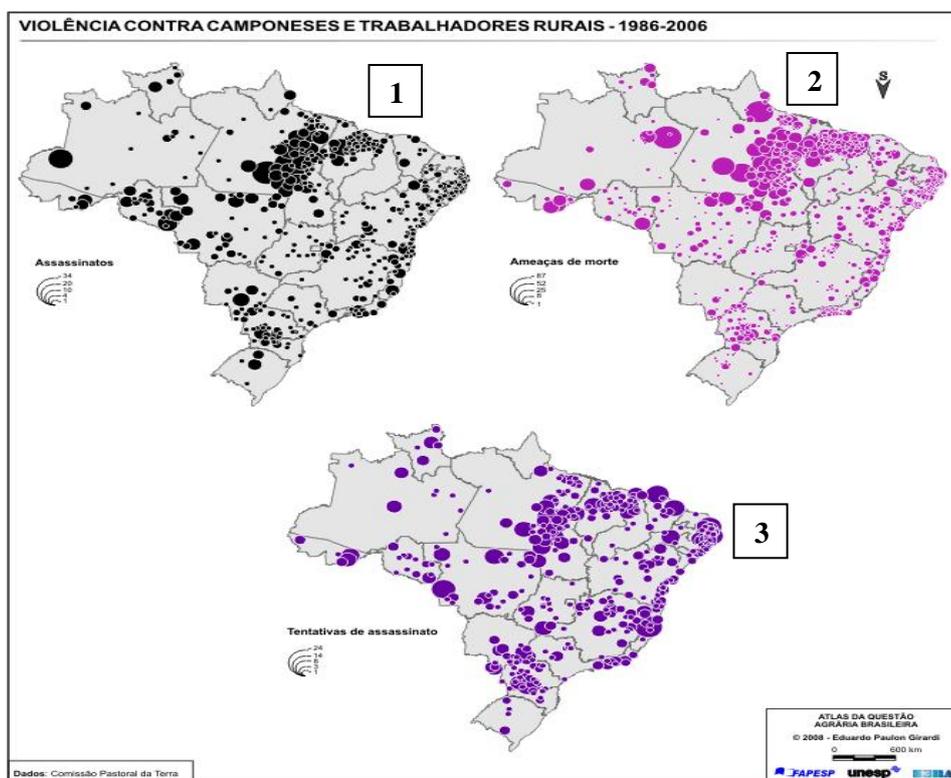


Figura 2 - A violência no campo contra camponeses e trabalhadores rurais de 1986 a 2006.

Fonte: GIRARDI, 2009.⁴

Em relação à figura 2 acima, o mapa nº 1 indica os assassinatos ocorridos em todo Brasil. O mapa nº 2 indica as ameaças de mortes e o mapa nº 3 indica as tentativas de assassinatos. Como podemos perceber, em Mato Grosso do Sul também ocorreram vários assassinatos e tentativas de assassinatos no período de 1986 a 2006, o que demonstra que aqui as disputas territoriais também são latentes.

⁴ Cf. Atlas da questão agrária brasileira. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm> > acesso em 10/10/2012.

Cabe salientar que em meio a tantos conflitos agrários surgiu nas décadas de 1950 e 1960 um movimento social na busca de melhores condições de vida no campo e menos desigualdade no acesso a terra, as Ligas Camponesas, as quais surgiram no estado de Pernambuco e se espalharam por vários estados da região Nordeste, transformando-se num movimento contra a exploração do trabalhador e pela reforma agrária.

Na década de 1980 foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o qual se tornou um dos principais movimentos sociais da atualidade que luta pela reforma agrária, e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais.

1.3 - A Atuação do MST no Brasil e Mato Grosso do Sul

O MST é o movimento social mais atuante e organizado que já surgiu no Brasil no que se refere à luta pela terra. Esta organização foi criada na década de 1980, na região de Cascavel, no estado do Paraná, com o objetivo de organizar um grupo camponês para se unir em favor da luta pela terra e pela reforma agrária, além de alavancar as transformações sociais que se faziam necessárias para o país. Inicialmente o grupo era formado por posseiros que tinham sido expropriados pelo processo de construção de barragens, meeiros, pequenos agricultores, migrantes entre outros. Atualmente a luta do MST não se limita apenas a luta pelo acesso a terra, mais também por cidadania, dignidade, segurança alimentar e principalmente pela permanência na terra.

No estado de Mato Grosso do Sul, o MST também está presente, vários assentamentos foram realizados com a ajuda do movimento. No entanto de acordo com Terra (2009, p.90), em Mato Grosso do Sul a maioria das ocupações são realizadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), que juntamente com os diversos sindicatos rurais dos municípios sul-matogrossenses tem se mobilizado na luta pela terra.

Apesar de receber muitas críticas pelos métodos adotados na ocupação de terras em algumas regiões do Brasil, o MST é hoje o principal movimento social de luta pelas desigualdades sociais e sobre tudo pela reforma agrária no Brasil. Como podemos observar na Figura 3 abaixo sobre a atuação de vários movimentos sociais no Brasil, o MST é o mais expressivo em ocupações e quantidade de famílias envolvidas.

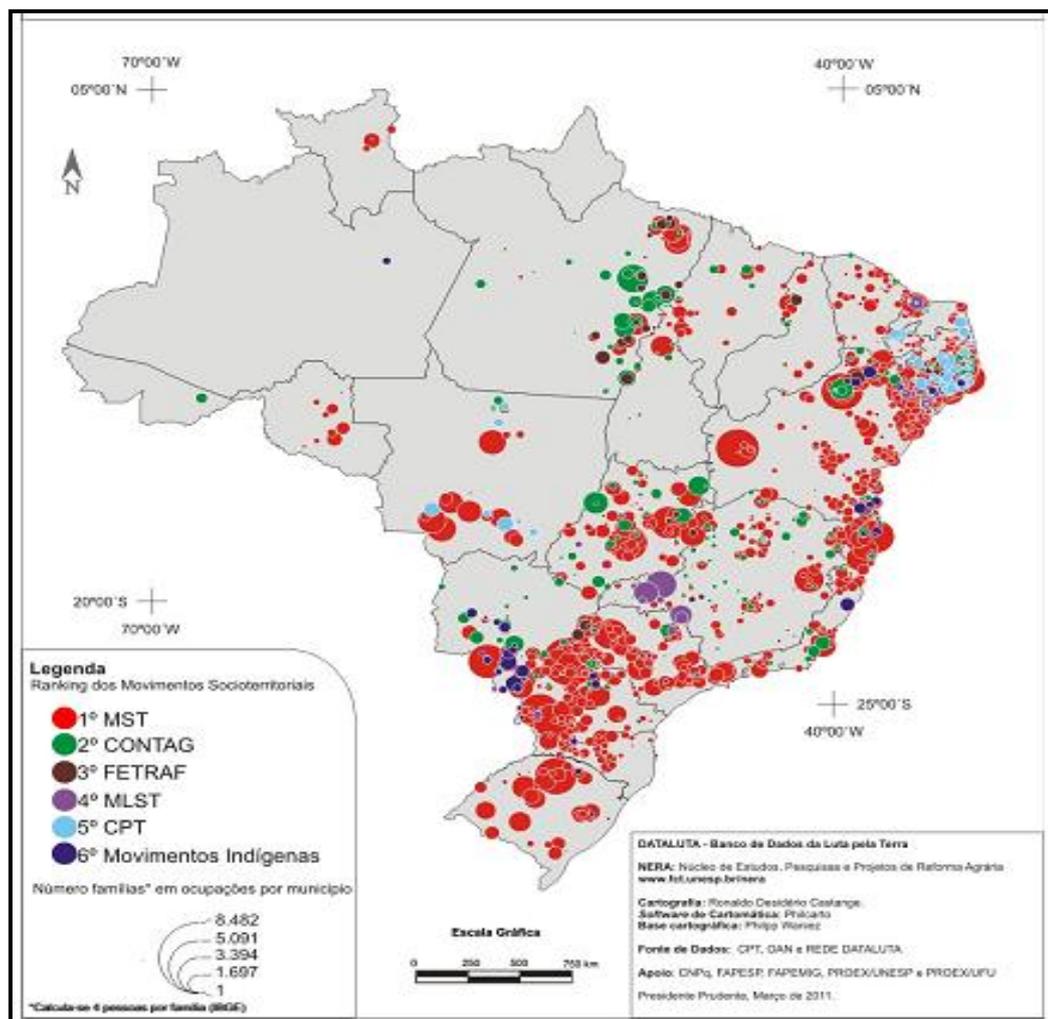


Figura 3 - Brasil atuação dos movimentos socioterritoriais 2000- 2010.
 Fonte: SOBREIRO, 2011.

1.4 - As Lutas Pelo Acesso a Terra em Mato Grosso do Sul

No estado de Mato Grosso do Sul os conflitos no campo tem se intensificado cada vez mais. Os trabalhadores rurais que buscam o acesso a terra geralmente ficam anos acampados as margens das rodovias aguardando ser contemplados com um lote.

De acordo com Souza⁵ (1992 apud TERRA 2009, p.87), “a luta dos sem terra em Mato Grosso do Sul teve seu inicio em 1979, com a iniciativa isolada do movimento dos arrendatários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, em Naviraí, no sul do estado,

⁵ SOUZA, Claudio Freire de. **A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1992.

[...]”. Portanto, os conflitos agrários no estado não são recentes, e têm desencadeado vários embates entre os trabalhadores sem terra e os fazendeiros, nos tribunais ou até mesmo em confrontos diretos. Assim podemos dizer que os conflitos e as lutas pelo acesso a terra no estado são históricas. Nesse sentido segundo Terra,

O processo de luta pela terra no estado e, conseqüentemente, pela implantação de assentamentos rurais, é histórico, pois é fruto da resistência dos trabalhadores rurais a uma formação territorial baseada nos interesses centralizadores e exploratórios das grandes empresas e dos grandes latifundiários, atrelados ainda à posição dos governos que, tradicionalmente, representam esses poderes. [...], no Mato Grosso do Sul, a luta dos trabalhadores frente as incessante exploração, expropriação e violência desencadeadas pelos latifundiários, empresas e grupos econômicos, tem sido travada por inúmeras famílias que lutam pela terra [...]. (2009, p. 91).

Nos últimos anos, com a modernização da agricultura e pecuária no estado, novas áreas estão sendo usadas para essas atividades com investimentos por parte produtores que detêm um elevado capital e conseguem junto às instituições financeiras públicas ou privadas acesso as linhas de créditos. Investimentos esses cuja maior parte é financiada pelo Estado, tornando a questão agrária em Mato Grosso do Sul conflituosa. Neste sentido Terra destaca,

As políticas modernizadoras, efetivadas no final da década de 1970 e início de 1980 privilegiando apenas grandes produtores, provocaram o acirramento e o aumento das tensões no campo sul-matogrossense, envolvendo, de um lado, grandes proprietários de terra e, de outro, arrendatários, posseiros, assalariados, brasiguaios etc.(2009, p.86).

Um exemplo bem claro dessa política capitalista e modernizadora está no Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o qual disponibilizou uma oferta de crédito rural nesta safra, cujo montante foi de R\$ 107,5 bilhões, desse total apenas R\$ 15 bilhões foram destinados para a agricultura familiar e o restante R\$ 92,5 bilhões foram ofertados para agricultura comercial⁶. Através dessas diferenças de valores entre a agricultura familiar e a comercial temos a certeza do quanto os grandes produtores são favorecidos pelas políticas públicas relacionadas ao credito rural, em detrimento da agricultura camponesa de base familiar.

⁶ Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/> > acesso em 31/08/2010

Através de dados da Comissão Pastoral da Terra, (CPT), verificamos que a questão agrária em Mato Grosso do Sul ainda gera muitos conflitos, como podemos ver na tabela 2 abaixo.

Tabela-2 Conflitos por terra em Mato Grosso do Sul, 2011.

Conflitos por Terra		Ocupações		Acampamentos		Total	
Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
22	970	8	973	2	170	32	2.113

Fonte: CPT (conflitos no campo Brasil 2011)
Org. Orué, 2012.

Como podemos observar através dos dados na tabela 2 acima, só no ano de 2011, ocorreram 22 conflitos, além da ocorrência de 08 ocupações e formação de 02 acampamentos no espaço agrário sul mato-grossense. Conforme dados da CPT, Mato Grosso do Sul foi o estado que teve o maior número de ocorrências relacionadas à terra na região Centro-Oeste, ultrapassando até mesmo o estado de Mato Grosso que tem uma área bem maior e registrou 30 ocorrências de conflitos por terra, no Distrito Federal foram registrados apenas 4 conflitos e no estado de Goiás foram registrados 6 ocorrências de conflitos.

Os conflitos por terra em Mato Grosso do Sul, envolvendo as comunidades indígenas é outro fator que chama atenção e vem tomando uma dimensão alarmante nos últimos anos. De acordo com os dados da CPT, do total de 32 ocorrências de conflitos registrados no estado em 2011, apenas em 03 delas os trabalhadores rurais sem terra estão envolvidos, as demais 29 ocorrências registradas estão ligadas aos índios, que buscam a demarcação de novas terras ou aumento das que já tem, mas também por melhores condições de vida, melhorias na saúde, educação, ou seja, uma assistência melhor por parte do Estado.

Outro fator relevante que gera os conflitos por terra no estado de Mato Grosso do Sul, é a não existência de terras devolutas, com isso os trabalhadores sem terra acabam ocupando as propriedades improdutivas para forçar o governo a decretar a desapropriação dessas terras ainda não exploradas. As ocorrências dessas ocupações torna o espaço agrário sul-matogrossense um dos mais violentos do Brasil. (TERRA, 2009.p, 85),

Partindo desse pressuposto que envolve a questão agrária brasileira e as lutas dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais por uma distribuição de terras mais justa, bem

como pela diminuição das desigualdades sociais é que surgiu a luta para implantação do Assentamento Rio Feio no município de Guia Lopes da Laguna.

1.5 - O Processo de Luta Pela Terra e Formação do Assentamento Rio Feio no Município de Guia Lopes da Laguna-MS

O assentamento Rio Feio foi implantado após anos de espera, tendo os trabalhadores enfrentado sol e chuva na beira das rodovias em acampamentos. De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (P.D.A.)⁷ do Rio Feio, a fazenda Rio Feio, que tinha como proprietário o senhor Aladim Nunes Escobar, já tinha sido invadida/ocupada no ano de 1991, por 180 famílias que foram despejadas pela polícia.

Após essa ocupação, para desviar a atenção de novas invasões e, conseqüentemente da reforma agrária, a fazenda dividiu-se em cinco (5), fazendas menores. Todavia apesar dessa manobra as famílias foram assentadas nas fazendas Santa Maria e Santo Antônio no ano de 1998. As famílias que foram assentadas no Assentamento Rio Feio eram originárias do acampamento Geraldo Garcia, localizado nas margens da rodovia BR 262, no km 46 em frente à fazenda Marimbondo, com um total de aproximadamente 400 famílias. Sendo esse grupo liderado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que já haviam feito a ocupação da fazenda Guachupé por um período de 02 (dois) meses (de Janeiro a Fevereiro de 1997). Ocasão em que foram despejados, e voltaram a acampar as margens da rodovia, onde permaneceram até outubro desse mesmo ano. Dessas 400 famílias, 105 ocuparam a fazenda Rio Feio, permanecendo até fevereiro de 1998. A implantação do assentamento foi realizada através da PORTARIA INCRA/SR 16/Nº 082/98, de 30 de Setembro de 1998, contemplando apenas 72 famílias.

⁷ Documentos consultados nos arquivos da AGRAER- Guia Lopes da Laguna-MS.

CAPITULO II

CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO

2.1 Caracterização do Município de Guia Lopes da Laguna

O município de Guia Lopes da Laguna, está localizado na região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, faz parte da Microrregião da Bodoquena com uma área de 1.210.609 km², de acordo com o Censo 2010 do IBGE a população é de 10.366 hab. Com uma população urbana de 8.785 pessoas e uma população rural de 1.581 pessoas, e uma densidade demográfica de 8,5 hab./km². Guia Lopes da Laguna apresenta cotas altimétricas que vão de 200 a 600 metros, assim, aproximadamente dois terços da área do município apresenta uma topografia levemente ondulada, com algumas partes planas. O restante constitui as áreas acidentadas da Serra de Maracajú.

O município conta com dois assentamentos do Projeto de Reforma Agrária sendo o Assentamento Retirada da Laguna, com sua criação na data de 03/ 07/1984, com área de 2.163,9709 ha, com 130 famílias assentadas e o Assentamento Rio Feio, objeto deste estudo.

2.2 - Caracterizações do assentamento Rio Feio

O assentamento Rio Feio está localizado no município de Guia Lopes da Laguna, MS com uma área de aproximadamente 2.259.5834 ha (dois mil duzentos e cinquenta e nove hectares e oito ares e trinta e quatro centilares), com 72 famílias assentadas com uma área média de 20,582 ha por lotes. O assentamento localiza-se na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, sub Bacia do rio Miranda, sendo que dentro da área do assentamento passam o Rio Santo Antônio e o Rio Feio. Tendo saída para a BR 267 Guia Lopes á Maracajú, e pela MS-382 Guia Lopes á Antônio João.

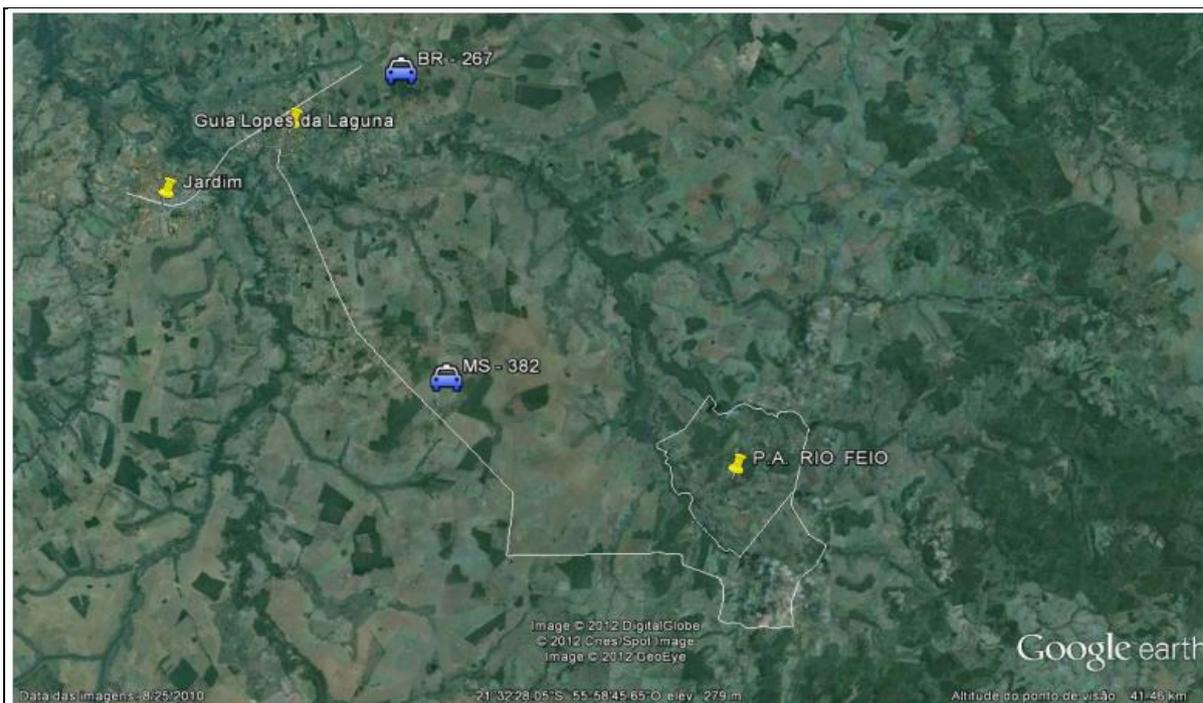


Figura 4 - Localização do Assentamento Rio Feio

Fonte: PRA do Rio Feio 20

2.3 - População do Assentamento Rio feio

O assentamento tem atualmente aproximadamente 302 pessoas e é composto por trabalhadores de diferentes estados da federação que saíram em busca de melhores condições de vida, como podemos ver no quadro 1 abaixo.

Estado de origem	
Mato Grosso do Sul	60,31%
São Paulo	15,87%
Paraná	7,96%
Rio Grande do Sul	4,76%
Mato Grosso	1,58%
Minas Gerais	1,58%
Bahia	1,58%
Outros	6,36%
Total	100%

Quadro 1 - Origem dos assentados do assentamento Rio Feio

Fonte: PRA Rio Feio, 2011.

Dados da AGRAER- Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, referentes a 2011, apontam em relação ao gênero dos titulares dos lotes, que 72,05% são homens e 27,95% são mulheres. A maior parte dos titulares dos lotes do assentamento Rio Feio se encontra na faixa etária de 53 a 59 anos de idades, conforme demonstra o quadro 2 abaixo.

Idade dos titulares dos lotes	
18 a 24 anos	2,98 %
25 A 31 anos	7,46 %
32 a 38 anos	17,91 %
39 a 45 anos	17,91 %
46 a 52 anos	13,45 %
53 a 59 anos	22,38 %
60 anos acima	17,91 %
Total	100%

Quadro 2 - Distribuição da faixa etária dos titulares do assentamento Rio Feio.

Fonte: PRA Rio Feio 2011.

2.4- Aspectos da Educação

Dentro do assentamento existe uma escola municipal que atende no período matutino os alunos das séries iniciais do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental, com apenas uma professora em uma sala multisseriada, o que torna difícil a aprendizagem com qualidade pelos alunos, mas como são poucos alunos acaba sendo relevado pelos assentados. De acordo com a secretária da escola Agrícola Guia Lopes⁸ estão matriculados apenas 11 alunos (informação verbal), o restante dos alunos do assentamento é transportado até a cidade.

Os alunos estão distribuídos entre a rede municipal de ensino e as escolas estaduais, que oferecem ensino do 6ª ano até ao 3º do Ensino Médio e o Ensino de Jovens e Adultos o (EJA) no período noturno. A prefeitura faz o transporte dos alunos em dois períodos, no matutino e noturno. Para os alunos que estudam dentro do assentamento a prefeitura também disponibiliza transporte escolar, o qual é feito por uma Van que os busca em suas casas e ao termino da aula leva de volta.

⁸ Informação obtida junta secretaria da escola Agrícola Guia Lopes em razão da escola Municipal Furgêncio José Pereira ser uma extensão da escola Agrícola. Informação obtida em Outubro 2012.



Foto: 1 - Escola Municipal Furgêncio José Pereira **Foto: 2** - Sala de aula multisseriada
Fonte: PRA Rio Feio 2011

Em relação ao grau de instrução dos assentados, cabe dizer que poucos conseguiram concluir o Ensino Fundamental, e apenas 1,47% tem o ensino superior completo. Apesar de ter um percentual baixo de não alfabetizados com 2,95%, percebe-se que o assentamento precisa de investimentos na educação, incentivar os trabalhadores a terminarem o ensino fundamental, ou até mesmo fazer um curso superior pode ajudar no desenvolvimento do assentamento e, principalmente dos assentados. O gráfico 1 abaixo mostra o grau de escolaridade dos assentados do assentamento Rio Feio.

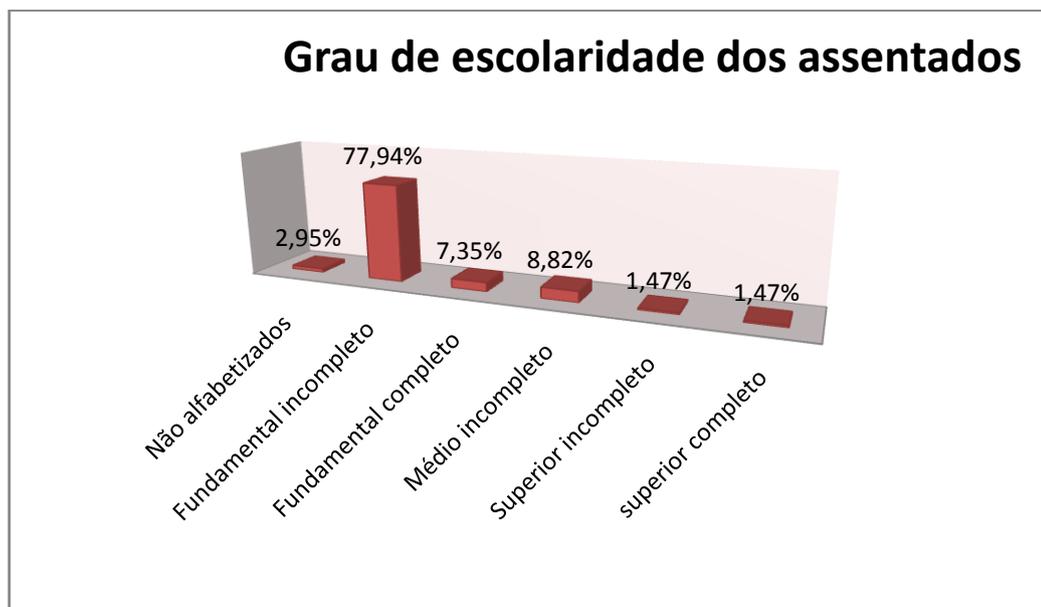


Gráfico 1 - Grau de escolaridade dos assentados do Assentamento Rio Feio fonte
Fonte: PRA Rio Feio 2011

Os dados do assentamento Rio Feio em relação ao grau de escolaridade referente ao gênero masculino e feminino revelam que existem mais mulheres não alfabetizadas do que homens, mas na outra ponta existem mais mulheres com o ensino superior completo, sendo que 3% das mulheres do assentamento tem diploma superior, enquanto os homens não passam de 1%.

2.5 - A Saúde no Assentamento Rio Feio

A questão da saúde já é bem problemática para quem mora na cidade, e se torna mais difícil ainda para aqueles que moram no campo, pois faltam médicos, faltam remédios, o atendimento é demorado, ou seja, é um serviço ineficiente que está sendo oferecida a população, em razão muitas vezes de mau gerenciamento dos recursos que são desviados ou aplicados inadequadamente.

No que se refere a esta questão no assentamento, um dos assentados entrevistado disse que, *“tem uma agente de saúde, e uma vez por mês vem os enfermeiros da cidade para medir a pressão e entregar os remédios controlados⁹”* como da Diabete e Pressão Alta. De acordo com o PRA Rio Feio (2011), de fato existe uma agente de saúde dentro do assentamento que faz visita mensalmente nos lotes, marca as consultas, encaminha se for necessário e solicita condução quando o assentado não tem veículo. Mas o atendimento médico é realizado apenas na cidade, no hospital municipal ou nos Postos de Saúdes, isso ocorre também pelo fato que dentro do assentamento não tem Posto de Saúde nem instalações adequadas para atendimento médico no local.

O município não tem um programa específico para atender os assentados, portanto assim como os moradores urbanos sofrem com a ineficiência em relação à saúde. A reivindicação dos assentados é que tenha um Posto de Saúde e uma ambulância dentro do assentamento.

⁹ Depoimento obtido na pesquisa de campo junto ao proprietário do lote 67, pesquisa de campo Julho 2012

2.6 – Meio de Transporte

Dentro do assentamento não existe nenhum tipo de transporte coletivo seja público ou particular que faz linha do assentamento até a cidade, o que acaba gerando transtorno e dificuldade para os assentados se deslocarem até a cidade. Quem não dispõe de veículo tem que pegar carona ou tentar arrumar uma vaga no ônibus escolar. Existem linhas de ônibus apenas na rodovia BR 267, mas está a aproximadamente 25 km do assentamento Rio Feio. Já na rodovia MS 382, que fica mais próxima do assentamento, a aproximadamente uns 5 km, não tem linha de ônibus.

Portanto para os assentados tanto do assentamento Rio Feio como do Assentamento da Retirada da Laguna, que também está localizado próximo à rodovia MS 382, não existe alternativa de transportes a não ser seus próprios veículos, e os que não têm veículos contam com a boa vontade de algum vizinho.

2.7- Saneamento Básico

A falta de saneamento básico é um dos grandes problemas no Brasil, que gera muitas doenças, afetando a vida de milhares de pessoas. De acordo com o censo 2010 do IBGE, no município de Guia Lopes da Laguna não existe nenhum domicílio rural com saneamento considerado adequado, sendo 29,3% dos domicílios rurais com o saneamento semi-adequado e 70,7% dos domicílios rurais do município com saneamento considerado inadequado.

Esses dados chamam a nossa atenção porque com o passar dos anos trará consequências para o município, tanto financeiramente como para a saúde da população, além do mais com o esgoto sendo despejado em céu aberto ou em fossa comum irá contaminar o solo e também o lençol freático. O assentamento Rio Feio não dispõem de nenhuma coleta de lixo ou rede de esgoto, sendo que a maior parte do lixo doméstico (57%) é queimada, o que acaba poluindo o ar. O restante é enterrado ou jogado a céu aberto nos quintais próximos às casas, dessa forma causa danos ao meio ambiente e ao próprio assentado e sua família. O Gráfico 2 abaixo os seguintes dados em relação à destinação dos esgotos no Assentamento Rio Feio, sendo que 91,66% dos moradores do assentamento depositam esgoto em fossa comum e 8,34% em céu aberto, ambas as práticas trazem risco de contaminação.

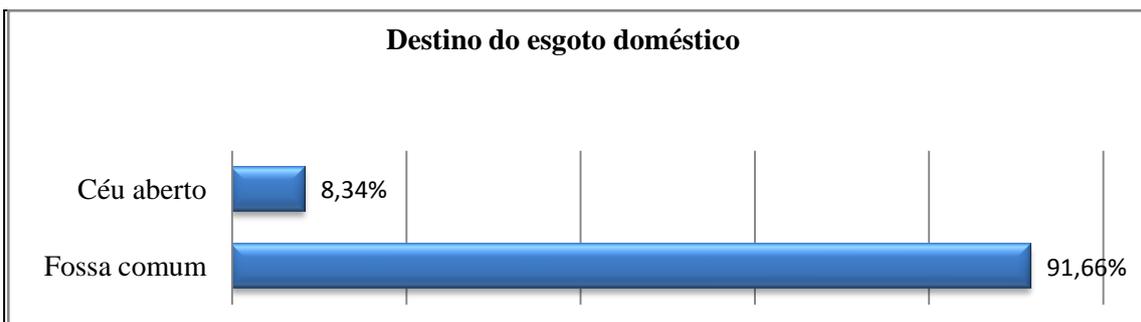


Gráfico 2 - Destinos dos esgotos domésticos do assentamento Rio Feio
 Fonte: PRA Rio Feio 2011

2.8- As Atividades de Lazer no Assentamento

As atividades de lazer do assentamento Rio Feio estão mais voltadas para os homens. Existe no centro urbano do assentamento um campo de futebol, onde de vez em quando se realiza alguns torneios. Também tem o Clube do Laço onde os homens treinam nos finais de semana, sendo que a festa oficial com torneio do laço comprido é realizada no mês de outubro, com a participação de equipes das fazendas vizinhas e da cidade. Fora estes atrativos restam poucas alternativas de lazer dentro do assentamento, a não ser tomar banho e pescar nos rios que passam no assentamento, sendo esses também um atrativo turístico para o Rafting. Nas fotos 3 e 4 temos, por exemplo, a atividade do rafting sendo praticada no Rio Santo Antônio Assentamento Rio Feio, Guia Lopes da Laguna - MS.

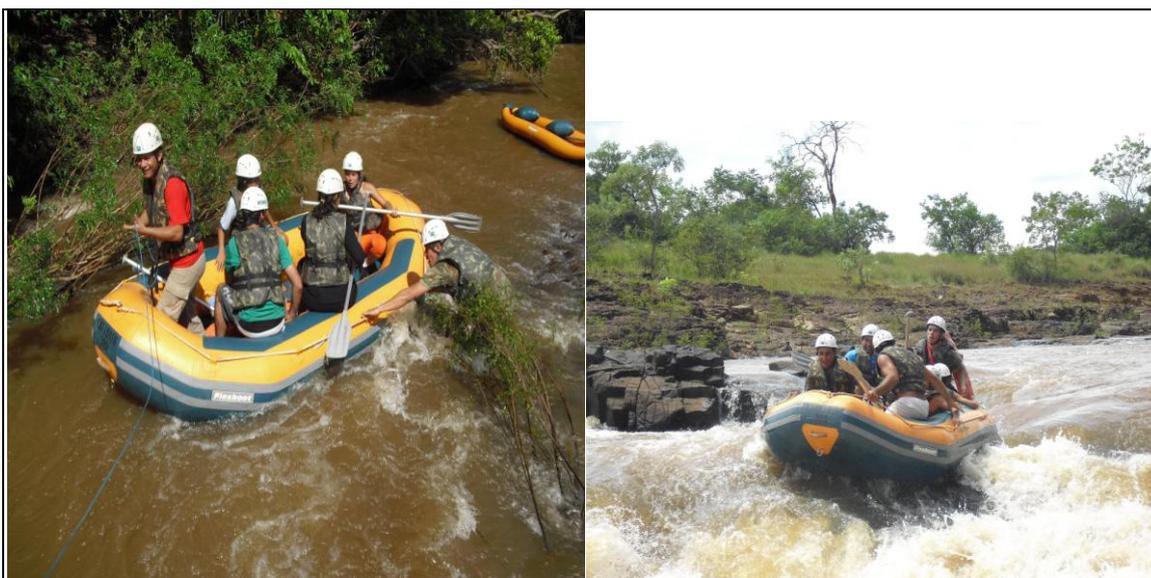


Foto: 3 e 4 – Prática do Rafting no Rio Santo Antônio no assentamento Rio Feio
 Fonte: <http://sejagualopes.blogspot.com.br> Fonte: <http://ecoturguialopesms.blogspot.com.br>

2.9- A Organização no Assentamento Rio Feio

Apesar dos assentados inicialmente na sua maioria ter se filiado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que prega em suas políticas uma organização coletiva, essa organização não aconteceu, em virtude das divergências individuais ou de grupos ligados a outros movimentos sociais, o que torna difícil a criação de uma cooperativa no assentamento.

Em razão da dificuldade de criar uma cooperativa, os assentados principalmente os ligado ao MST, criaram em 2003, a Associação Para Desenvolvimento Agrário do Assentamento Rio Feio (ADARF), com acompanhamento do INCRA essa associação tinha como objetivo ajudar os assentados nas construções das casas e organizar os documentos e outros serviços voltados para o assentamento. Mas com a saída de vários assentados a associação acabou enfraquecendo se tornando sem força organizacional e política.

Atualmente a ADARF conta com apenas 25 membros o que é pouco diante do universo de 72 lotes, demonstrando a falta de organização por parte dos assentados e também dos órgãos governamentais para auxiliá-los na criação de uma cooperativa.

Mesmo assim com poucos associados, a ADARF foi responsável pela construção da infraestrutura para o beneficiamento do mel, demonstrando que se faz necessário os assentados trabalharem coletivamente. O beneficiamento do mel é uma alternativa encontrada para agregar valor e aumentar a renda dos assentados. Abaixo fotos (5 e 6) da casa de beneficiamento do mel no Assentamento Rio Feio.



Foto: 5 Casa do beneficiamento do mel
Fonte: Orué, Pesquisa de Campo, julho 2012.



Foto: 6 Material para armazenar o mel

O prédio conta com banheiros, área industrial, almoxarifado e varanda externa sendo que dentro da área de processamento contém os equipamentos, como podemos verificar por meio das fotos 7 e 8 abaixo.



Foto 7 - equipamento para cilindrar a cera
Fonte: Orue, pesquisa de campo Julho 2012.



Foto 8 - centrifuga
Fonte: PRA Rio Feio 2011

A casa de beneficiamento do mel vai proporcionar aos assentados que desenvolve a atividade da apicultura, alternativas para produzir novos produtos a partir do mel. Dessa forma os apicultores do Assentamento Rio Feio ira agregar valor no mel através seus derivados, aumentado à renda dos mesmos.

CAPITULO III

ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO E AS LINHAS DE CRÉDITOS

Para obtenção dos dados e as informações que serão disponibilizadas no decorrer desse capítulo foi realizado pesquisa de campo por amostragem, com realização de entrevistas e aplicação de questionários junto aos assentados, considerando um universo de 50% do total de lotes existentes no assentamento. Através das pesquisas realizadas nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2012, fizemos um levantamento da produção, organização e da comercialização com um total de 36 famílias assentadas. Também foram usados dados levantados pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), o qual elaborou o Plano de Recuperação do Assentamento Rio Feio, com um total 68 lotes o que representa 94,44% das famílias do assentamento Rio Feio.

3.1- As Atividades Produtivas dos Assentados

De acordo com as informações obtidas nas pesquisas e entrevistas realizadas com 50% dos assentados, o assentamento Rio Feio produz feijão, milho, mandioca, melancia, mel, banana, abacaxi, hortaliças, cana, leite, queijo, ovos, doce e charque. Criações: bovino, suíno, galináceos e equinos. Conforme demonstrado no quadro 3 a seguir.

Produtos	Nº de assentados que produz para o consumo	Nº de assentados que comercializa os excedentes
Abacaxi	1	1
Banana	11	-
Cana	11	-
Doce	1	1
Feijão	13	4
Hortaliças	21	-
Leite	4	17
Mandioca	22	10
Melancia	13	-
Milho	15	4
Ovo	3	3
Queijo	4	3

Bovino	8	20
Equino	9	-
Galináceos	22	7
Suíno	9	-
Mel	1	1

Quadro 3 - Produção dos pesquisados do assentamento Rio Feio, 2012.

Fonte: Pesquisa de campo, Julho 2012.

Elaboração: Orué, 2012

Percebe-se que a produção no assentamento Rio Feio é bem diversificada para o consumo, no entanto são poucos os produtos excedentes comercializados, sendo a atividade da pecuária e seus derivados responsáveis pela maior parte da renda dos entrevistados. Esse aspecto ficou evidenciado na pesquisa de campo. Quando foi perguntada aos assentados qual atividade tem mais facilidade de exercer, dos 36 assentados entrevistados 26 disseram que a pecuária é mais fácil de trabalhar. Nesse sentido cabe salientar que o fator relevante que atrai os assentados para desenvolver essa atividade é a comercialização do leite, sendo esse um dos únicos produtos com a venda garantida, haja vista que tem um laticínio próximo ao assentamento Rio Feio que compra a produção leiteira. Fora o laticínio há também dentro do assentamento um senhor que compra o leite dos assentados e revende em outros laticínios, ou seja, a maior parte da produção de leite no assentamento é comercializada por meio de atravessador.

Segundo os assentados o relevo acidentado, é um dos fatores que dificulta desenvolvimento agrícola como podemos ver figura 5, a maior parte do assentamento está localizado na Serra de Maracajú.

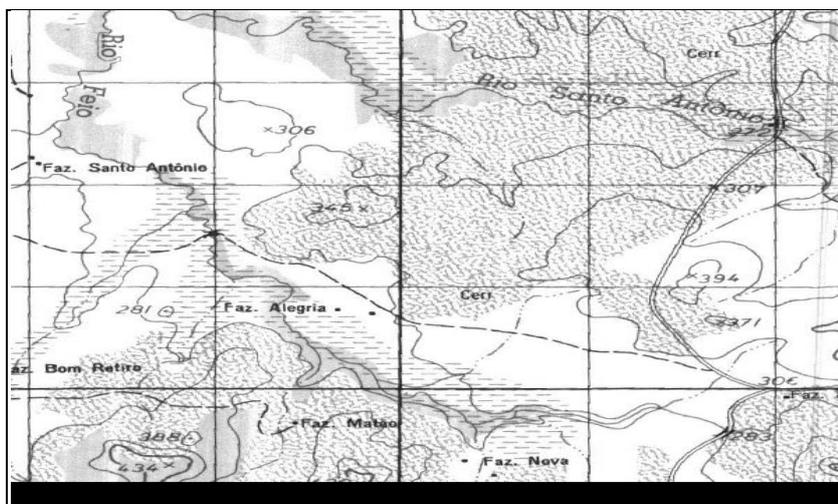


Figura 5- Carta Topográfica do Assentamento Rio Feio

Fonte: PRA Rio Feio 2011.

3.2- Comercializações dos Produtos do Assentamento Rio Feio

Conforme afirmamos anteriormente, a maior parte da produção agrícola do assentamento é vendida para atravessador, esse por sua vez vai até o lote dos assentados e oferece um preço abaixo de mercado o produtor acaba aceitando o valor ofertado, em razão das grandes dificuldades com o transporte, lugar fixo para comercializar, adequação as legislações sanitárias, todas essas entraves acaba desestimularem o produtor a levar a sua produção diretamente ao consumidor.

A ineficiência de assistência e políticas por parte dos governos municipais, estaduais e federal voltada para a comercialização da produção desses camponeses, torna os assentados praticamente reféns dos intermediários. Os dados no gráfico 3 abaixo trazem o destino final da produção de acordo com a pesquisa realizada com 50% dos assentados em relação a sua produção total.

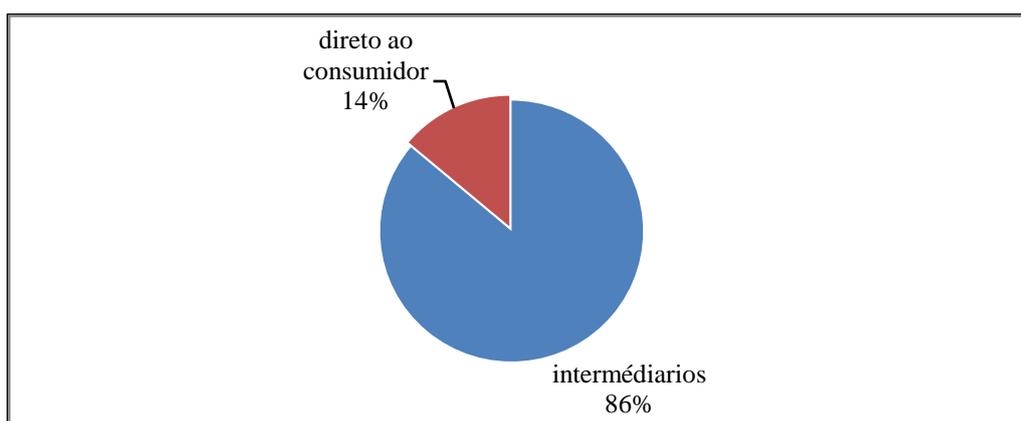


Gráfico 3 - Destino da produção do assentamento Rio Feio

Fonte: pesquisa de campo, Julho de 2012.

Elaboração. Orué, 2012

Como podemos comprovar por meio do gráfico 3, 86% dos assentados pesquisados têm sua produção comercializada junto aos intermediários o que acaba diminuindo a renda dos produtores e, conseqüentemente os investimentos necessários nos lotes para aumentar a produção/produktividade.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008 (PNAD) ¹⁰, essa é a realidade da agricultara familiar brasileira. Cerca de 47,60% da produção

¹⁰ Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/>. > Acesso em 2/09/2012.

da agricultura familiar fica com os intermediários particulares. Dessa forma acaba reduzindo o lucro dos pequenos produtores. Esse processo é bem definido por Andrade,

O intermediário, dispondo de armazéns e silos, de capital próprio e de fácil acesso à rede bancária, compra a produção abaixo do preço, controla o seu lançamento no mercado, e durante entressafra, quando os produtores escasseiam, impõem preços altos ao consumidor. Este jogo permite que o intermediário, que pouco trabalhou, obtenha lucros muito superiores aos dos agricultores. (1987, p.214).

Outro dado apresentado pelo PNAD (2008), que também chama a nossa atenção está relacionado à comercialização feita pelos pequenos produtores, ou seja, pela agricultura familiar aos governos, apenas 0,30% da produção foi comercializada com os órgãos governamentais no ano 2008, isso demonstra a falta de interesse por parte dos governantes em adquirir um maior volume da produção dos pequenos produtores.

Vê-se que apesar da Medida Provisória nº 455, de 2008, que foi convertida em Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, a qual determina que parte dos produtos usados na merenda escolar deve ser adquirida junto à agricultura familiar, poucos municípios tem conseguido atingir esse percentual mínimo de aquisição da produção familiar em especial dos assentados pela reforma agrária.

Art. 14. do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O município de Guia Lopes da Laguna também não tem conseguido adquirir muitos produtos da agricultura familiar, principalmente do Assentamento Rio Feio. De acordo com o Diretor de Meio Ambiente do município¹¹, a prefeitura já chegou a comprar alguns produtos, tais como banana, feijão, mamão, mandioca, mel, charque entre outros. Todavia atualmente a prefeitura compra apenas charque, sob a alegação de que falta organização e documentação por parte dos assentados.

¹¹ Informações fornecidas por Antônio Carlos da Silva Lima Diretor; de Meio Ambiente/ Turismo e Desenvolvimento Econômico /Projetos, da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna, MS. Pesquisa de campo, em 19, de Setembro 2012.

Conforme relatório do Departamento de Compras da prefeitura municipal de Guia Lopes da Laguna, no ano de 2011 apenas um produto (o charque) do assentamento Rio Feio foi adquirido pelo Programa Nacional de Alimentação (PNAE), totalizando um montante de R\$21.990,00. Como mostra o quadro 2 a seguir.

Produto	KG	Valor unitário	Total	Valores trimestrais
Charque	600	12,00 R\$	7.200,00 R\$	
Charque	600	11,85 R\$	7.110,00 R\$	
Charque	600	12,80 R\$	7.680,00 R\$	

Quadro: 4 Produto adquirido do assentamento Rio Feio pela prefeitura municipal de Guia Lopes da Laguna via o PNAE em 2011.

Fonte: Departamento de Compras da prefeitura municipal de Guia Lopes da Laguna

Para os assentados a grande dificuldade encontrada está na legislação, na falta de apoio para fazer o escoamento da produção, ou seja, no transporte para levar até a cidade. Além disso, a falta de adequação dos produtores ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) se torna outro obstáculo encontrado pelos produtores, em razão do custo financeiro, e da falta de capital para fazer os investimentos necessários para se adequar ao SIM.

Por outro lado às prefeituras em vez de tentar achar uma solução para essas questões e auxiliar os pequenos produtores para a comercialização de seus produtos, usam da própria Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, para não cumprirem o determinado, conforme verificamos no parágrafo 2 e incisos I, II e III, da referida lei, os quais apresentam as seguintes ressalvas: o percentual previsto poderá ser dispensado caso haja a impossibilidade de emissão do documento fiscal, a inviabilidade do fornecimento regular dos produtos e condições higiênicas e sanitárias inadequadas. Diante dessas ressalvas restringe-se a aquisição dos produtos da agricultura familiar, deixando poucas alternativas de vendas para os camponeses e/ou assentados, a não ser comercializar para os intermediários.

3.3 - Renda Obtida Pelos Assentados

A maior parte da renda obtida pelos assentados do assentamento Rio Feio é proveniente da venda do leite a Cooperativa Agropecuária da Retirada da Laguna Ltda.(COOPERLAG). Em média o litro do leite pago pela COOPERLAG aos assentados associados ao laticínio é de R\$ 0,55 centavos, e de R\$ 0,50 centavos para os que não são associados. O litro de leite é entregue aos mercados pela cooperativa pelo preço de R\$ 1,49¹², um real e quarenta e nove centavos (informação verbal).

A comercialização de bezerros, ao serem desmamados das vacas leiteiras, também é outra fonte de renda importante para a sobrevivência da atividade leiteira e do assentado. Em média são vendidos no valor de R\$ 500,00 a R\$ 600,00, as fêmeas, e de R\$ 600,00 a R\$ 750,00 o bezerro macho,¹³ (informação verbal). Diante dessa realidade podemos enfatizar que a pecuária é a atividade que contribui com a maior parte da renda no assentamento Rio Feio. Não podemos esquecer que essa realidade no assentamento se dá também em razão da falta de apoio para o desenvolvimento da atividade agrícola, como sabemos a atividade agrícola demanda de um aparato maior de apoio técnico e financeiro.

No entanto dificilmente os assentados dispõem de um trator, arado, grade, plantadeira entre outros, ou seja, os insumos agrícolas, e o aluguel desses maquinários acabam tornando a atividade agrícola inviável. E aqueles assentados que conseguem desenvolver a agricultura acabam encontrando dificuldades para fazer o escoamento e comercialização da produção.

Efetuar apenas a distribuição da terra não caracteriza de fato a verdadeira reforma agrária. É preciso ir além, o acompanhamento dos órgãos governamentais após as implantações dos assentamentos é essencial e indispensável para o desenvolvimento dos mesmos.

Como afirma Graziano da Silva “A estratégia de políticas alternativas reivindicadas pelos trabalhadores rurais não se limita à Reforma Agrária. Ela concede lugar fundamental também a questões como preços mínimos, comercialização, créditos e assistência técnica”. (2007 p95).

¹² Informação obtida junto ao proprietário do mercado Boa Sorte, Guia Lopes da Laguna no mês de novembro 2012.

¹³ Informação obtida junto aos assentados do assentamento Rio Feio na pesquisa de campo realizada no mês de Julho de 2012.

Uma parte da renda vem do cultivo da mandioca, haja vista que essa cultura não necessita de tantos cuidados e nem agrotóxicos, em média o kg desse produto é vendido a R\$ 0,40 centavos para os intermediários, porém aqueles que têm condições de levar até a cidade e entregar diretamente aos mercados tem o lucro maior. Nesse caso o preço varia de R\$ 0,80 centavos a R\$ 1,20 centavos. A venda direta ao consumidor tem lucro maior, no entanto sem ter um lugar fixo para comercializar, as vendas não são garantidas. Assim, poucos assentados arriscam levar seus produtos, e andar de casa em casa para oferecer os produtos. Em razão dessas questões levantadas o assentado prefere vender seus produtos para os intermediários, além de obter o dinheiro da venda de uma só vez, por mais que o lucro seja pequeno, também diminui o trabalho.

3.4- Estratégias e Formas de Complementações da Renda

Para complementar a renda muito dos camponeses, principalmente os assentados pelo Programa de Reforma Agrária têm que trabalhar fora do seu lote, em lotes vizinhos com recurso financeiro maior que o seu, em fazendas próximas aos assentamentos, usinas de cana e nas cidades quando é próxima dos assentamentos.

Cabe salientar neste sentido, que tem sido comum no Brasil, especialmente nos assentamentos de reforma agrária o assalariamento para complementação da renda familiar e, conseqüentemente a manutenção das famílias na terra. Como afirma Graziano da Silva, (2007 p76).

Esses pequenos proprietários e os membros de suas famílias não poderiam sobreviver como pequenos produtores, ou seja, não garantiriam a sua reprodução social se não lançassem mão do assalariamento temporário em certa época do ano em outras propriedades como meio de complementar a sua renda.

No assentamento Rio Feio também uma boa parte dos assentados precisam complementar suas rendas buscando fontes alternativas de renda em trabalho formal e informal dentro e fora do assentamento. A necessidade de buscar outras atividades remuneradas por parte dos assentados está nas dificuldades de produzir, comercializar e de acesso aos financiamentos bancários.

O resultado da pesquisa de campo trouxe os seguintes dados dos assentados pesquisados, 16,6% confirmaram que desenvolvem outras atividades remuneradas, mas podemos deduzir que existam bem mais assentados trabalhando fora do seu lote, no entanto muitos têm receio ou medo de dizer, principalmente aqueles que compraram ou estão irregulares no lote.

3.5 - Os Benefícios Obtidos Por Meio de Políticas de Transferência de Renda e Previdência Social

Os benefícios como aposentadorias, pensões e os decorrentes dos programas sociais de transferência de renda como Bolsa Família, Bolsa Escola, representam uma parte importante na complementação da renda dos camponeses e assentados. Em relação ao assentamento Rio Feio, 27,7% dos entrevistados recebem aposentadoria entre um e dois salários mínimos, parte dessa renda é usada para investimentos dentro dos lotes, para a saúde e lazer. Mas, a maior parte é usada para alimentação.

Percebeu-se que os assentados que tem algum membro da família que recebe benefícios demonstram mais tranquilidade, podendo desenvolver atividades que demandam um tempo maior para obter o retorno, isso ajuda também na hora de comercializar os produtos. Em razão da aposentadoria o pequeno produtor tem um tempo maior para achar um valor justo para seus produtos, diferentemente daqueles assentados que não tem nenhum benefício e, por necessidade de comprar a alimentação acaba entregando parte de sua produção bem abaixo do valor de mercado.

De acordo com PNAD 2008, 33,11% dos domicílios rurais, tinha entre seus membros pelo menos um aposentado ou pensionista, o que demonstra a importância desses benefícios na complementação da renda dos pequenos produtores rurais.

Os benefícios dos programas sociais são também outro dispositivo importante na complementação da renda dos assentados. Dos entrevistados no assentamento Rio Feio 36,1% recebem benefícios sociais. Os dados do Plano de Recuperação do Assentamento Rio Feio 2009 (PRA), o qual fez um levantamento mais amplo com um total de 94,44% dos lotes, destacam que do total de benefícios recebidos pelos assentados 91,66% são originados das aposentadorias por idade, e 8,36% são dos outros benefícios sociais (Bolsa Família, por exemplo).

3.6- A Assistência Técnica Para a Produção

A falta ou ineficiência de assistência técnica por parte da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e/ou do INCRA e o auxílio da prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna, para a produção, escoamento e comercialização foi uma das questões apontadas com maior ênfase pelos assentados pesquisados, os quais alegaram que isto influencia inclusive na renda.

De acordo com os assentados entrevistados para ter assistência da AGRAER o assentado tem que se deslocar até a instalação do órgão em Guia Lopes da Laguna, com seu pedido, ou projeto e aguardar por tempo indeterminado até que seja atendido. Do total de entrevistados 52,77% disseram que recebem assistência da AGRAER, que é o órgão do governo estadual encarregado de dar assistência aos pequenos produtores, e 47,22% responderam que não recebem nenhuma assistência por parte desse órgão. Diante desses dados podemos afirmar que se torna difícil ter uma produção que tenha um excedente razoável para realizar a comercialização e conseqüentemente o aumento da renda.

Já ao serem questionados sobre o auxílio da prefeitura, o resultado foi ainda mais expressivo 86,11% disseram não receber nenhum auxílio da Prefeitura para fazer o escoamento e comercialização da produção, o restante 13,88% disseram que recebem, mas tem que pagar uma taxa.

Conforme apurado junto aos assentados entrevistados o auxílio da prefeitura é realizado da seguinte forma; ao precisar de algum maquinário, como trator, retro escavadeira e outros equipamentos agrícolas, o assentado deve se deslocar até a sede da Prefeitura Municipal fazer o pedido de serviço, pelo qual é cobrado o valor de R\$ 55,00 a hora. De acordo com representante da prefeitura esse valor é cobrado para realizar a manutenção dos equipamentos. Ao fazer o pedido é gerado um boleto cobrando esse valor, ao pagar pelo serviço o contratante é colocado no cronograma de serviço da prefeitura e tem que aguardar.

Diante da demora na realização dos serviços muito dos assentados acabam nem procurando a prefeitura. Porque dependendo do tempo de espera para preparar a terra para o plantio acaba passando o tempo de plantar determinada cultura ou atrasando para a colheita, levando o assentado a ter perdas significativas em sua produção.

Isto acaba levando o assentado a procurar alternativas para preparar a sua terra para o plantio ou a colheita. Dentre às alternativas estão o mutirão organizado entre os assentados tanto para colheita como para o plantio, já outros que dispõem de um recurso melhor aluga os maquinários de fazendas vizinhas e aqueles que não têm condições de pagar usam os serviços braçais ou tração animal.

3.7-As Linhas de Créditos Liberadas Para o Assentamento Rio Feio

Após os trabalhadores receberem os lotes foi liberado para os mesmos o Crédito Fomento em uma única parcela no valor de R\$ 1.425,00 um mil quatrocentos e vinte cinco reais, em seguida foi liberado o PRONAF-A. Esta linha de crédito foi destinada para ser usada com projetos ligados à pecuária, tais como; compra de vaca leiteira, construção de cercas, mangueiras, recuperação de pasto etc. De acordo com os assentados entrevistados o valor foi de R\$7.500,00 chegando até R\$ 15.000,00, variando de um produtor para outro de acordo com a renda anual.

Em 2000 foi liberada a linha de crédito do PRONAF- C, essa linha foi usada para custeio do plantio de milho, algodão, soja, mandioca e outras culturas, mas diferentemente das outras linhas, para ter acesso a esse crédito foram feitos projetos contemplando 5 (cinco) assentados, ou seja, estes serviram de garantia para o chamado aval solidário. Segundo os assentados este foi um projeto que não deu certo no assentamento, pois em virtude desse aval solidário muitos ficaram inadimplentes, tendo em vista que se um do grupo não paga o grupo todo fica com a dívida. A maioria da liberação dessas linhas de créditos ocorreu no ano de 1999 a 2000.

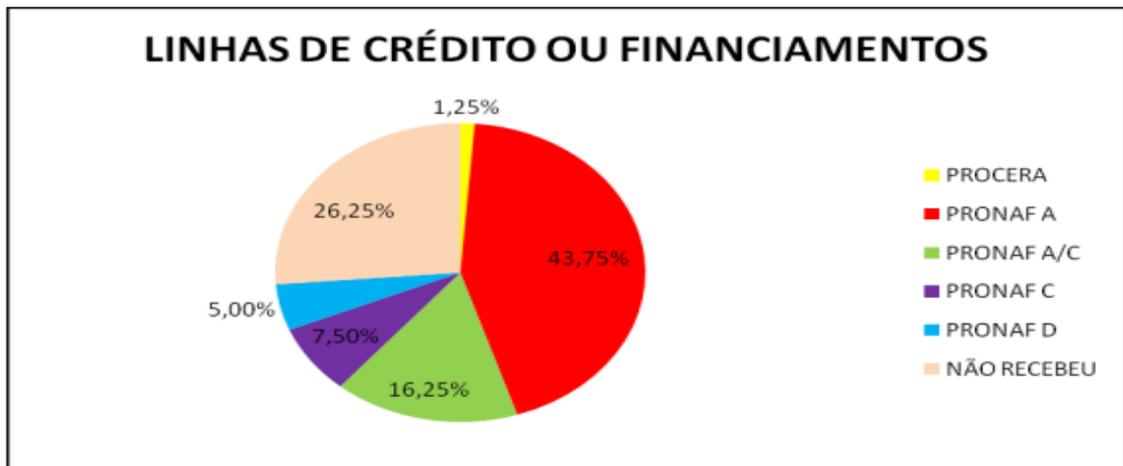


Gráfico 4 - Linhas de crédito ou financiamento existente no assentamento Rio Feio
Fonte: PRA Rio Feio 2011.

O gráfico acima mostra as linhas de créditos aos quais os assentados do Assentamento Rio Feio tiveram acesso. Há que se destacar que 26,25 % deles não tiveram acesso às linhas de crédito do PRONAF porque estavam irregulares nos lotes. Os assentados que se encontravam irregulares nos lotes não receberam a Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF. Esse documento é emitido de acordo com a renda anual. Para ter acesso à linha de crédito o agricultor deve estar com o Cadastro de Pessoa Física (CPF), regularizado e livre de dívidas. O DAP em Mato Grosso do Sul é disponibilizado pelo INCRA e pela AGRAER.

As linhas de créditos oferecidas pelo governo são um tanto burocráticas e demoram em ser liberadas, mas não resta dúvida que seja importante para a permanência do assentado no lote e o desenvolvimento do mesmo. O que acontece é que ao fazer o financiamento o assentado, por diversas razões, em alguns casos por não ter aptidão agrícola acaba desviando o recurso para outras atividades e não consegue quitar o financiamento.

Assim, no assentamento Rio Feio tem um alto índice de inadimplência. De acordo com PRA Rio Feio 2011, dos 72 lotes 59 encontram-se inadimplentes. Dos assentados pesquisados em julho de 2012, 66% disseram que fizeram algum financiamento. Desses 26% não estão conseguindo pagar, 35% estão pagando em dia, e apenas 13% quitaram. O restante, os 26% disseram que estão dentro do prazo de carência, mas uma boa parte desses também não está conseguindo pagar. Ao basearmos no prazo de carência que é de 2 anos, como a maioria das linhas de créditos foram liberadas há mais tempo, então podemos deduzir tal realidade. O gráfico abaixo mostra a situação financeira em relação aos financiamentos dos assentados pesquisados.

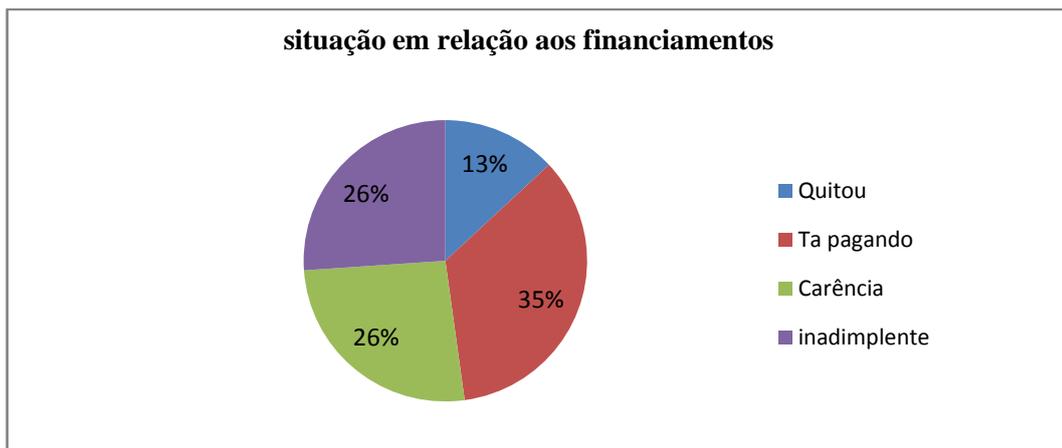


Gráfico 5 - situação dos assentados do Rio feio em relação aos financiamentos realizados
 Fonte; pesquisa de campo Julho 2012.
 Elaboração: Orué, 2012.

3.8 - Situação Atual dos Assentados em Relação aos Lotes

A configuração atual do assentamento Rio Feio em relação aos primeiros assentados mudou muito, sendo que a maioria dos assentados que hoje estão nos lotes do assentamento é segundo dono. Essas mudanças em relação aos proprietários acabam enfraquecendo o espírito de coletividade em relação aos primeiros assentados e que ainda permanecem nos lotes. O fato é que os novos proprietários na maioria das vezes dispõem de recursos financeiros, e acabam não se importando com o resto do assentamento, com os problemas, as reivindicações e outras questões relacionados ao assentamento que às vezes tem que ser resolvida em coletividade.

O gráfico 6 abaixo mostra a situação dos assentados em relação aos lotes pesquisados trazendo o seguinte panorama, a maior parte dos entrevistados pesquisados 47% são segundo dono, 8% dos pesquisados são terceiro dono, e 3% já são o quarto dono do lote. Diante dessa realidade do assentamento Rio Feio em que a maioria dos que estão no lote não são os que lutaram e batalharam para ter terra, torna mais difícil o consenso e agirem em coletividade sem deixar o individualismo sobressair. O gráfico 6 abaixo indica o resultado da pesquisa de campo em relação à situação dos assentados referente aos lotes.

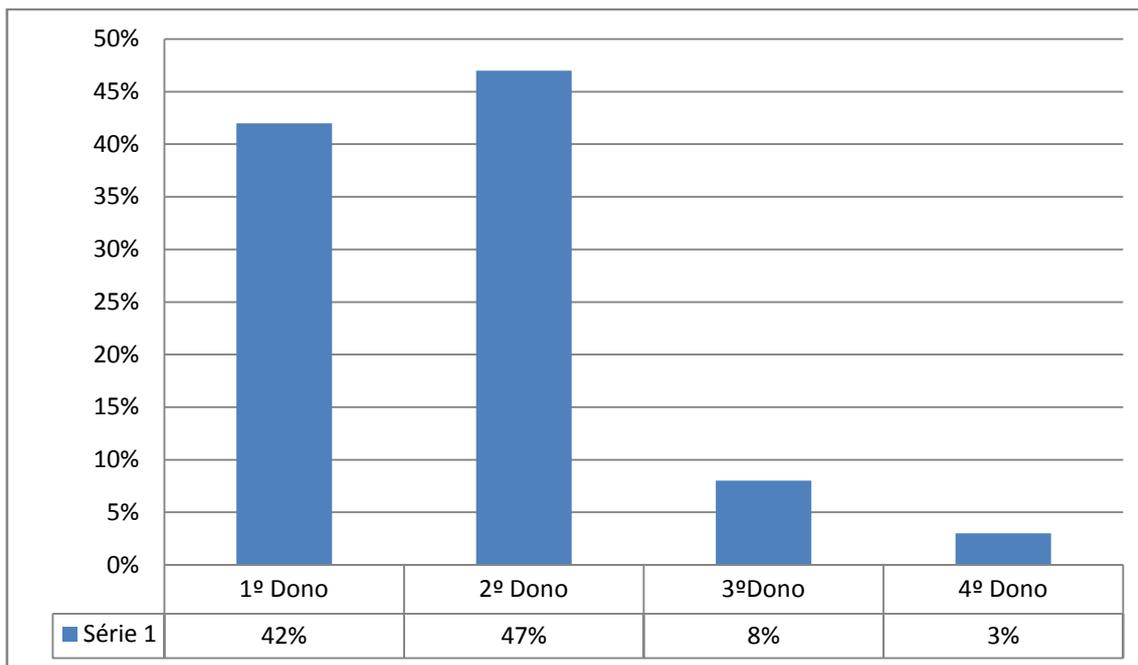


Gráfico 6 – Situação dos assentados do Rio Feio em relação aos lotes

Fonte: pesquisa de campo em Julho 2012.

Elaboração: Orué, 2012.

O gráfico abaixo trás resultados do PRA Rio Feio 2011, no qual podemos ver que só 42% dos assentados do Assentamento Rio Feio permaneceram nos lotes, demonstrando que não adianta só distribuir a terra, tem que dar subsídios para permanecerem na terra.

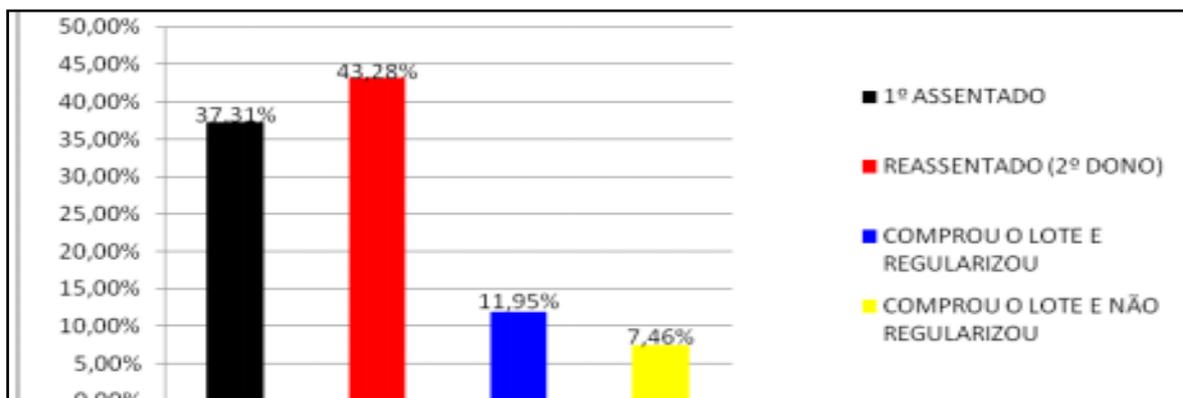


Gráfico 7 - Configuração atual do assentamento Rio Feio em relação aos lotes.

Fonte: PRA Rio Feio 2011.

Por outro lado os assentados que compraram depois estão com lotes sem regularizar, diminuindo assim também a sua permanência no lote em razão de não terem acesso a nenhum tipo de financiamento, acabam também vendendo o seu lote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborarmos esse trabalho por mais sucinto que tenha sido, pudemos perceber que o Brasil tem muito ainda a fazer em seu espaço agrário. A reforma agrária tem que ocorrer de fato e as leis devem ser aplicadas e cumpridas. Uma reforma agrária justa de modo a fazer cumprir a função social da terra. Uma reforma agrária que não fique apenas em discursos e leis, para que dessa forma possamos ter um país com menos desigualdade social, com a diminuição da concentração fundiária e o fortalecimento da agricultura familiar.

Diante do trabalho realizado no assentamento Rio Feio pudemos vivenciar a realidade dos camponeses assentados, que trabalham de baixo de sol e chuva sem esperar muito que a assistência técnica e os financiamentos cheguem até eles. No entanto, por falta de organização dos assentados e de interesse do poder público ainda não foi criada uma cooperativa, que traga mais expressão ao assentamento e conseqüentemente um instrumento significativo para os assentados na hora de comprar as sementes, ou outros produtos como também valorizar seus produtos, ou seja, obtendo um valor maior na sua produção ao vender coletivamente.

A ineficiência da assistência técnica e de condições necessários para os assentados sobreviverem apenas da produção do lote, acabou levando muitos dos que inicialmente haviam sido contemplados com os lotes a abandonar e/ou vender, ou seja, não conseguiram permanecer na terra. Depois de muitas lutas e dificuldades para ter acesso à terra são obrigados a voltar para a cidade. Mas também verificamos que tem assentados que superaram os momentos difíceis, diversificaram sua produção e atualmente estão muito bem.

Portanto se pensarmos que os assentamentos da reforma agrária não estão dando certo estaremos reproduzindo uma ideologia dos grandes latifundiários que querem nos fazer acreditar que a reforma agrária não resolve os problemas sociais.

Podemos considerar que o assentamento Rio Feio apesar dos problemas detectados tem muito a oferecer para a própria população do assentamento como também para o município de Guia Lopes da Laguna com sua produção. Assim faz-se importante afirmar que a terra distribuída e transformada em assentamentos de reforma agrária está cumprindo sua função social. Todavia ainda há muito a ser feito para de fato considerarmos uma reforma agrária eficiente.

Evidentemente que os assentados oriundos da reforma agrária não querem apenas a terra, mas necessitam de subsídios e assistência para sobreviverem. Mediante o exposto

apreende-se que os trabalhadores rurais assentados ou não da reforma agrária não querem apenas a terra, mas também condições necessárias para desenvolver suas produções e garantir a reprodução da vida e da sua condição camponesa, dando a sua família condições de ter acesso a uma boa alimentação, educação de qualidade, lazer e saúde com dignidade, portanto o direito a cidadania, conforme determina a Constituição Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M, C, de. **A questão do território no Brasil**. 2ªed. São Paulo. Editora Hucitec, 2004. p, 54, 55

ANDRADE, M, C, de. **Geografia econômica**. 9. ed. Editora ,Atlas, São Paulo. 1987.p, 214

Atlas da questão agrária brasileira Disponível em:

<<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm> > Acesso em 10/10/2012

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 16 de Junho de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm > acesso em 19/10/2012.

CARDOZO, E, M, S, de. O processo de Organização da Produção do Assentamento Recanto do Rio Miranda. UEMS 2011.p, 31

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>acesso em 20/08/2012

Censo 2010 disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidade> > acesso em 20/10/2012..

Conflitos no Campo Brasil 2011, (Organização Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 1985 - 2012 Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil> > acesso em 20/11/2012.

Comunicados do Ipea nº42 PNAD2008: Primeiras análises. O setor rural. 2010. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/> . > Acesso em 2/09/2012.

Estatística do meio rural 2010-2011. 4. ed./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. Disponível em < <http://www.dieese.org.br/anu/anuarioRural/anuarioRural10-11.pdf>.> Acesso em 04/09/2012.

FABRINI, J, E. **A posse da terra e o sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul - o caso Itaquirai**”. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCT-UNESP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA. J. **O que é questão agrária**. São Paulo Editora Brasiliense. 2007.

IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado brasileiro. **2. ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2004. p, 155.**

Ligas Camponesas. Disponível em:< <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ligas-camponesas/ligas-camponesas-3.php> .> acesso em 20/04/2012.

MOREIRA, Rui. Formação do Espaço Agrário Brasileiro. São Paulo: Brasiliense. 1990. p, 11.

OLIVEIRA, A, U, de. **O modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFCH 2007. Disponível em < http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf > acesso em 12/11/2012.

OLIVEIRA, A, U, de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf> > Acesso em 25/04/2012.

Plano de Desenvolvimento de Assentamento do Projeto do Assentamento Rio Feio. Elaboração: Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS- IDATERRA, Outubro /2001.

Plano de Recuperação do Assentamento Rio Feio 2011. Elaboração Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural- AGRAER. 2011.

Plano Agrícola e Pecuária 2009/2010 Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/> acesso em 31/08/2010.

Reforma Agrária Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária, 2010. Disponível em < <http://incra.gov.br> > acesso em 04/09/2012.

SOBREIRO, J, Filho. **Ocupação de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra.** Disponível em < <http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/sobreiro-2011.pdf?noCache=1316261573948> >acesso em 30/10/2012.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã-Ms: "o pivô da questão"**-Tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente UNESP 2009.

Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/09/ademirterra.pdf > Acesso em 31/05/2012.

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/reforma-agraria-brasileira/> > acesso em 26/04/2012

Disponível em< http://reforma-agraria-no-brasil.info/mos/view/O_MST_/ > acesso em 19 /10 /2012.

Disponível em: <http://ecoturguialopesms.blogspot.com.br/2010/05/guia-lobes-da-laguna-descobre.html> > acesso em 26/11/2012.

Disponível em:< <http://sejaguialopes.blogspot.com.br/> > acesso em 24/11/2012.

ANEXOS

DOCUMENTOS DA IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO FEIO E OUTROS DADOS.

ANEXO – A

Projeto de Criação do Assentamento Rio Feio

290

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

PLANO PRELIMINAR

PROJETO DE ASSENTAMENTO RIO FEIO

UF: MS

I - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE PROJETO

Trata o presente de Plano Preliminar que visa a criação de Projeto de Assentamento nos imóveis rurais denominados "Fazenda Santa Maria", Código n.º 000027 074950-0 e "Fazenda Santo Antônio", Código n.º 000027 074934-8, com área total de 2.259,5834, situadas no município de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, à aproximadamente 250 Km da Capital do Estado.

De acordo com Laudo de Vistoria, os imóveis são servidos em sua parte leste pela rede de distribuição de energia elétrica.

Os solos do imóvel apresentam uma fertilidade natural (Terra Roxa Eutrófica) dentre as melhores do Estado, além de outros fatores que lhe conferem aptidão para a exploração da agricultura familiar.

O imóvel está localizado próximo à regiões tradicionalmente produtoras (Maracajá, Sidrolândia), facilitando sobremaneira o desenvolvimento da atividade quando da aquisição de insumos, venda de produtos, assistência técnica e outros.

Os referidos imóveis foram declarados de interesse social para fins de Reforma Agrária através dos Decretos de 21 de julho de 1998, ambos publicados no D.O.U de 22 de julho de 1998.

A criação de um P.A., possibilitará criar uma ocupação para várias famílias de trabalhadores rurais sem terra que hoje tem enormes dificuldades para encontrar emprego no mercado de trabalho agrícola, e promoverá a implantação de uma nova base produtiva, o que será benéfico, sob o ponto de vista econômico ao município e região.

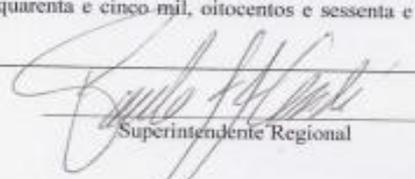
Há na região o P. A. Retirada da Laguna, implantado pelo INCRA desde 1985, com 90 famílias assentadas.

A elaboração deste estudo tem como finalidade, promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade, bem como, assegurar a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra.

O Projeto de Assentamento Rio Feio, destina-se ao assentamento de 105 famílias de trabalhadores rurais "sem terras", que serão assentados em parcelas individuais com área média de 15,86 hectares. Todas as famílias são oriundas, do Acampamento Geraldo Garcia em Anastácio, já cadastradas e selecionadas pela Comissão de Cadastramento e Seleção do INCRA, em Mato Grosso do Sul.

Com o intuito de garantir indenização de posses e as atividades referentes à implantação do projeto, previu-se recursos orçamentários da ordem de R\$ 2.345.869,65 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Campo Grande/MS, 22.09.98


Superintendente Regional

ANEXOS – B

Programação física e orçamentária do assentamento Rio Feio

X - PROGRAMAÇÃO FÍSICA E ORÇAMENTARIA (P.A. RIO FEIO)

ATIVIDADES	UD	QUANT.	VALOR EM RS	PERÍODO EXECUÇÃO			
				1 ^o M	2 ^o M	3 ^o M	4 ^o M
Indenizações de posses	ha	2.259,5834	1.798.662,11	X			
Topografia	ha	2.259,5834		X	X		
Estudos e Levantamentos	ha	2.259,5834		X			
Administração	Fam		300,00	X	X	X	X
Instalações de emergência	-						
Cadastramento e seleção de beneficiários	Fam	105					
Transferência de famílias	-						
Crédito habitação	Fam	105	262.500,00				X
Crédito alimentação	Fam	105	42.000,00		X	X	X
Crédito fomento agrícola	Fam	105	107.625,00				X
Estradas de acesso internas	Km	18	146.782,54	X			
Elaboração do PAI				X			
TOTAL			2.345.869,65				

Campo Grande/MS, 22/09/98



Chefe da Divisão de Assentamento

Maristela de Azevedo Chaves

Responsável administrativo

ANEXO – C

Decreto de desapropriação da fazenda Santo Antônio

296

Nº 138 QUARTA-FEIRA, 22 JUL 1998 DIÁRIO

154
09
2

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 1998

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Santo Antônio", situado no Município de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 16 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2ª da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 16, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2ª da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Santo Antônio", com área de um mil, duzentos e seis hectares, noventa e nove ares e trinta e quatro centiares, situado no Município de Guia Lopes da Laguna, objeto do Registro nº 12.395, fls. 01, Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de julho de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belens Jungmann Pinto

A DFD-1 para elaborar a ficha técnica.

Brasília, 22 de julho de 1998.

César Janyo 
Chefe da DFD - 1
Part 31067

ANEXOS D

Decreto de desapropriação da fazenda Santa Maria

20798

I

15

01

MS

DECRETO DE 21 DE JULHO DE 1998

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Santa Maria", situado no Município de Guia Lopes da Laguna, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, Inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, Inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Santa Maria", com área de novecentos e oitenta e dois hectares e cinquenta e nove ares, situado no Município de Guia Lopes da Laguna, objeto do Registro nº 12.417, fls. 01, Livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de julho de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raul Belens Jungmann Pinto

*As 07/1 sub. Judicial MS,
Para ciência
Juiz Jus. 12/1988
RHS*

ANEXOS E

Portaria de criação do Assentamento Rio Feio

Kriscia Cavalcanti Nakasono Gusso

PUBLICAÇÕES	
DOU 197 de 15/10 19 98	
Seção I - Pág. 9	
BS N.º 42 de 19/10 19 98	

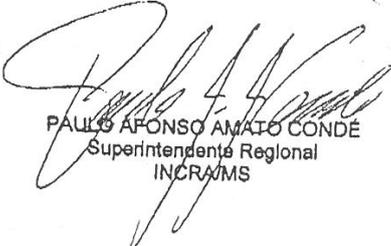
PORTARIA INCRA/SR-16/N.º 082/88 De 30 de Setembro de 1988.
Rua Nilza Fomaz Ribeiro, nº 201 - Vila Pastore Novo - Assentamento LAF - Fone: 2341-1011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P/N.º 358, de 20 de maio de 1984, publicada D.O.U. de 24 de maio de 1984;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação aos imóveis rurais denominados "Fazenda Santo Antônio e Fazenda Santa Maria", com área total de 2.259,5834 ha, localizados no Município de Guia Lopes da Laguna, no Estado de Mato Grosso do Sul, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 21 de julho de 1988 e cujas imissões de posse se deram em 25 de setembro de 1988;

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/SR-16/N.º 54280.001039/88-80 pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a Instrução SEASC/N.º 07/88, RESOLVE:

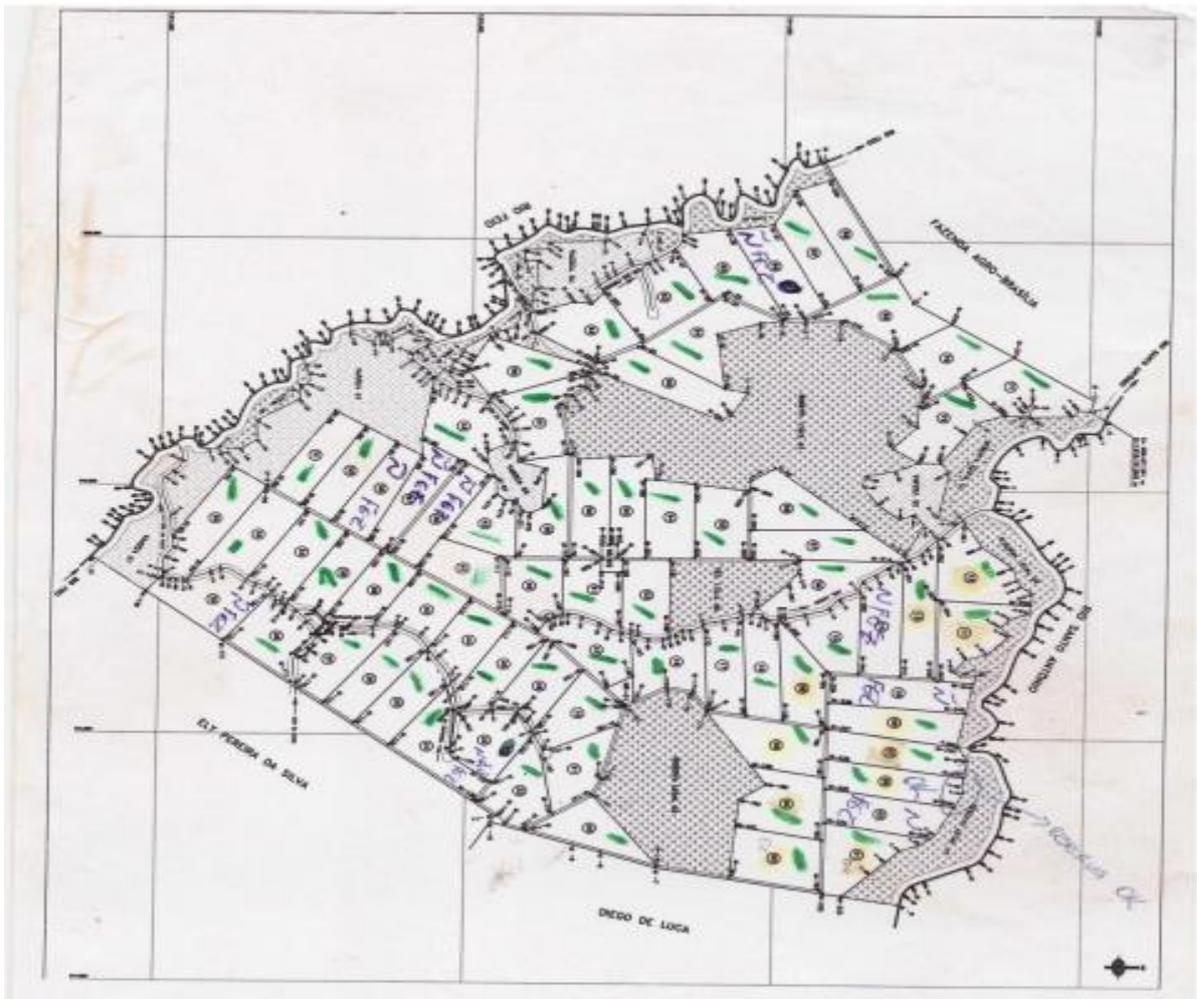
- I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, dos imóveis rurais denominados "Fazenda Santo Antônio e Fazenda Santa Maria", com área total de 2.259,5834 ha (dois mil duzentos e cinquenta e nove hectares, cinquenta e oito ares e trinta e quatro centiares), localizados no Município de Guia Lopes da Laguna, no Estado do Mato Grosso do Sul, e que prevê a criação de 105 (cento e cinco) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-16/Z;
- II - Criar o Projeto de Assentamento Rio Feio, Código Sinfra MS0072000 a ser implantado desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;
- III - Autorizar a Divisão de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;
- IV - Determinar à Divisão de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado, para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;
- V - Determinar à Divisão de Assentamento que participe aos Órgãos de Meio Ambiente, Federal, Estadual, bem como à FUNAI, o Projeto ora criado; e
- VI - Determinar à Divisão de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sinfra.


PAULO AFONSO AMATO CONDÉ
Superintendente Regional
INCRAMS



ANEXO F

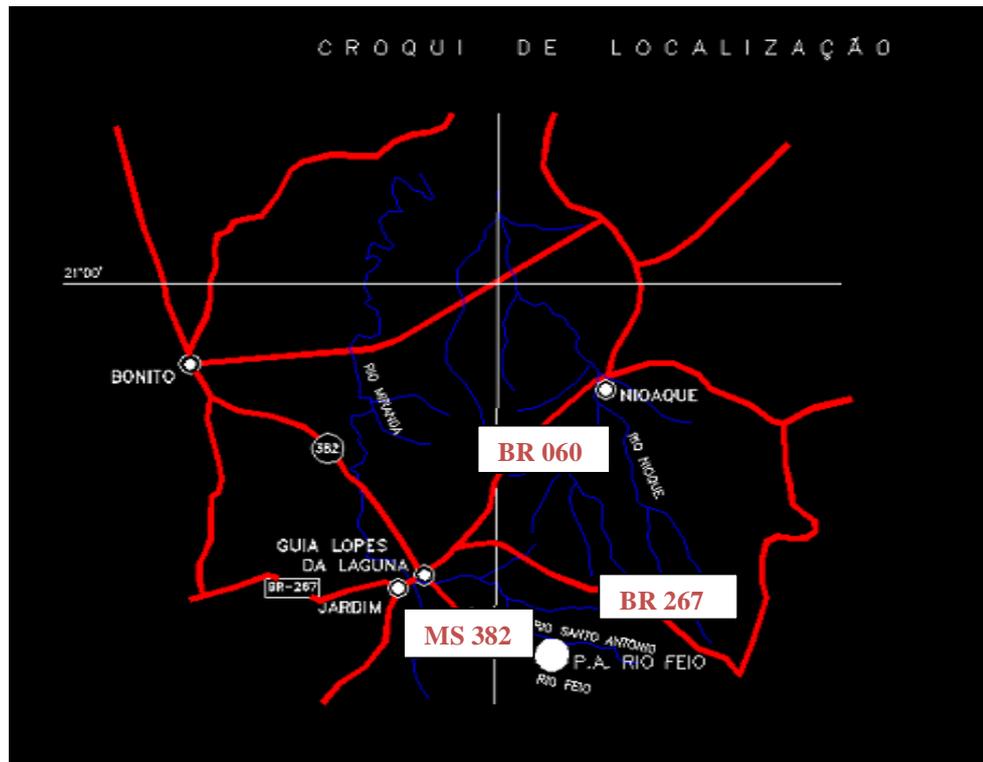
Divisão do assentamento Rio Feio em lotes



Fonte: PRA Rio Feio 2011.

ANEXO G

Localização do Assentamento Rio Feio



Fonte: PRA - Rio Feio

ANEXO H

Relação dos nº dos lotes e o tamanho da área de cada lote

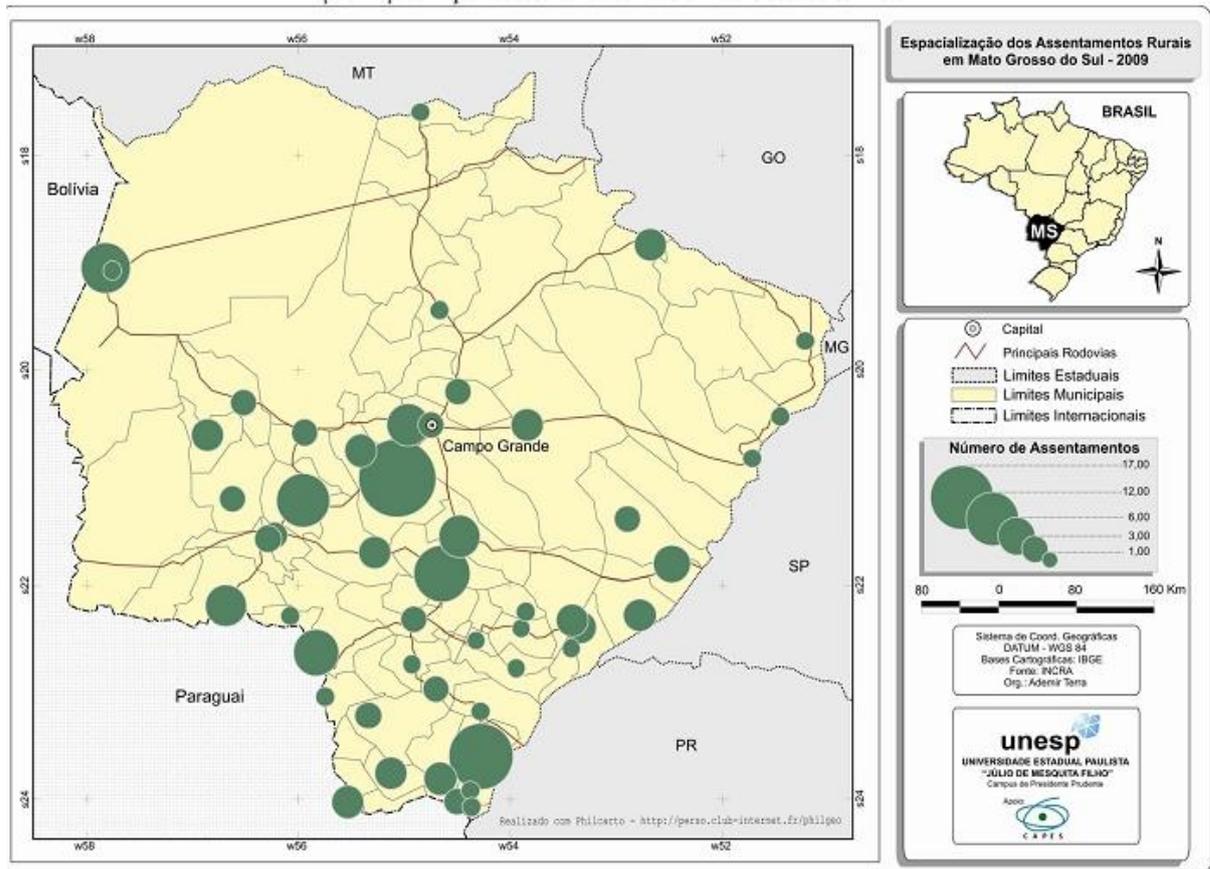
QUADRO DE ÁREAS

LOTE	ÁREA (ha)	LOTE	ÁREA (ha)
01	21,0743	43	23,9215
02	23,2982	44	18,0227
03	21,0805	45	18,3908
04	24,4927	46	18,3796
05	21,4470	47	19,0588
06	24,0161	48	20,1456
07	21,5766	49	18,1838
08	18,6878	50	19,4520
09	21,1222	51	16,5479
10	21,6133	52	19,2041
11	23,0284	53	18,0711
12	24,9825	54	19,6243
13	21,4457	55	19,5169
14	21,3332	56	18,8913
15	18,6001	57	21,8243
16	18,1007	58	21,4524
17	17,9361	59	19,1339
18	21,2122	60	24,4336
19	19,3639	61	21,9068
20	17,4571	62	22,9868
21	19,1305	63	24,6411
22	19,5043	64	25,0297
23	18,9031	65	22,8189
24	20,0304	66	21,1196
25	19,4858	67	20,9931
26	19,3292	68	21,6382
27	20,1956	69	23,7683
28	18,8058	70	23,1150
29	22,5785	71	23,4245
30	23,3971	72	21,9817
31	17,9922	NR-01	2,2635
32	22,0085	NR-02	2,3627
33	18,0069	RL-01	222,4725
34	20,5407	RL-02	95,2003
35	18,0377	RL-03	104,6163
36	17,6215		
37	18,0252	RL-05	33,5074
38	17,4303	RL-06	9,1369
39	18,1040	RL-07	19,7440
40	17,3749	RL-08	13,6413
41	18,3600		
42	17,9554		

ÁREA DAS PARCELAS	1.472,3645 ha.
ÁREA DA RESERVA LEGAL	498,3187 ha
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (VÁRZEAS)	177,7753 ha
ÁREA DA PRESERVAÇÃO PERMANENTE (CURSOS D'ÁGUA)	142,2649 ha
ÁREA DAS ESTRADAS (24,763 Km)	49,4251 ha
ÁREA DOS NÚCLEOS	4,6262 ha
ÁREA TOTAL	2.344,7747 ha

ANEXO I

Espacialização dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul - 2009



Fonte: Terra (2009)

Pesquisa realizada no Assentamento Rio Feio, em Julho de 2012, com 36 famílias, correspondendo a 50% das famílias assentadas.

Nome: _____ Idade: _____
 Estado civil: _____ Grau de instrução: _____
 N°. Lote: _____ Quantos filhos possuem: _____ Idade dos filhos: _____

- 1-Quantas pessoas vivem na casa?
- 2-Em qual município morava antes de ser assentado? Zona rural () Zona Urbana ()
- 3-Qual foi o motivo que o levou a participar do grupo no acampamento?
- 4- Qual era a entidade (bandeira de luta) que os representava durante o acampamento?
- 5- Quanto tempo (ano/mês) ficou acampado esperando o acesso a terra?
- 6- Participou de alguma outra ocupação anteriormente?
- 7- Já trabalhou na zona rural antes? Se sim em qual atividade?
- 8- Se não está no assentamento desde que ele se formou como adquiriu o lote?
 Se comprou é: a) segundo dono () b) terceiro dono () c) quarto dono ()
- 9- Possui alguma outra atividade remunerada? Dentro do assentamento () Fora do assentamento ()
- 10- Recebe algum tipo de benefício (aposentadoria ou pensão)? Se sim qual é a renda?
- 11- O que produz no lote?

Tipos de culturas	Quantidade produzida	Quantidade comercializada	Renda obtida com a venda
Feijão			
Milho			
Mandioca			
Melancia			
Hortaliças			
Outras (especificar)			

Tipos de criação	Quantidade de cabeças	Quantidade comercializada	Renda obtida com a venda
Bovino (gado)			

Suíno (porco)			
Aves (galinha)			
Outros (especificar)			

12- Qual atividade tem mais facilidade de exercer agricultura ou pecuária? Por quê?

13- Como é feita a comercialização da produção? (diretamente ao consumidor ou ao atravessador)

14- Como se organizam na hora de vender a produção coletivamente ou individualmente?

15- Existe algum auxílio por parte da prefeitura municipal de Guia L. Laguna para fazer o escoamento e a comercialização da produção do assentamento? Qual?

16- Existe alguma cooperativa no assentamento? Participa? Se não por quê?

18- Participa de algum programa de assistência social? (Bolsa Família, Bolsa Escola, etc)

19- Quais foram os recursos financeiros disponibilizados pelo governo para os assentados?
 _____ Para qual finalidade?

20- Fez algum financiamento? Individual () coletivo () Qual o valor?

21- Conseguiu ou está conseguindo pagar as parcelas? Se não por quê?

22 - Qual sua opinião em relação à forma de financiamento atual oferecida para os pequenos produtores?

23- Vocês recebem assistência técnica de algum órgão destinado a fazer o acompanhamento dos assentados. Com que frequência?

24- De que forma o ensino é realizado no assentamento?

25- Como os assentados são assistidos em relação à saúde?

26- Como são feitas as atividades de lazer?

27- Como você considera sua moradia hoje em relação ao que era antes?

28- Qual a avaliação que você faz da sua vida hoje em comparação a vida que você tinha antes de se tornar assentado?

ANEXO L

Lotes pesquisados

Nº do lote	Quantidade de pessoas morando na residência dos lotes pesquisado.
04	4 pessoas
05	3 pessoas
06	5 pessoas
07	2 pessoas
08	3 pessoas
09	3 pessoas
11	2 pessoas
12	4 pessoas
13	4 pessoas
15	3 pessoas
19	1 pessoas
21	5 pessoas
24	2 pessoas
26	5 pessoas
27	2 pessoas
30	2 pessoas
31	3 pessoas
34	3 pessoas
36	6 pessoas
37	4 pessoas
39	3 pessoas
42	5 pessoas
44	2 pessoas
45	3 pessoas
46	4 pessoas
47	3 pessoas
48	1 pessoa
51	4 pessoas
56	5 pessoas
59	4 pessoas
62	5 pessoas
63	1 pessoa
67	2 pessoas
68	4 pessoas
69	4 pessoas

72	3 pessoas
Total de lotes pesquisados 36	Total de pessoas 119